

REVISTA DO ENSINO

(2.^a FASE)



DEPARTAMENTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
— ESTADO DE ALAGOAS —

VOL. II — ABRIL-MAIO-JUNHO — N. 2

— 1952 —

REVISTA DO ENSINO

(2.ª FASE)



DEPARTAMENTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
ESTADO DE ALAGOAS

VOL. II — ABRIL-MAIO-JUNHO — N. 2

— 1952 —

REVISTA DO ENSINO

RUA BARÃO DE ALAGOAS N. 441

MACEIÓ — ALAGOAS

Diretor:

PROF. IB GATTO FALCÃO

Secretário:

IVAN MALTA GATTO

Redatores:

PROF. ABELARDO DUARTE

PROF. DOMINGOS DE ARAUJO LIMA

PROF.^a MARIA DOROTHÉA CARNEIRO

PROF.^a MARIA HERMINIA LINS ROSA OITICICA

PROF. ODORICO MACIEL

PROF. THÉO BRANDÃO

PROF. SEBASTIÃO DA HORA

PROF.^a FERNANDINA MALTA DE SOUZA

PROF. PADRE HUMBERTO DE ARAUJO CAVALCANTI



A Revista não endossa os conceitos emitidos em artigos
assinados e materia transcrita

REVISTA DO ENSINO

SUMÁRIO

Editorial	pg.	5
Discurso de posse no I. N. E. P.		
Anisio Teixeira	pg.	7
No ato da instalação do curso médico em Alagoas		
Estacio de Lima	pg.	17
O centro de interesse — uma necessidade para a nossa escola		
Maria Dorothea Carneiro	pg.	24
Plano de ensino profissional rural		
Manoel Balthazar Pereira Diégues Junior	pg.	28
Finalidades e Instituições da Escola Primária Rural		
Roberval Pompilio Nogueira Cardoso	pg.	36
Relatório		
Dinah de Souza Campos	pg.	50
Programa de ensino primário	pg.	53
Notícias e Comentários	pg.	83
Atos da Administração Estadual	pg.	86
Social	pg.	90

REVISTA DO ENSINO

SUMÁRIO

Editorial	pg. 5
Discurso de posse no I. N. E. P.	
Anísio Teixeira	pg. 7
No ato da instalação do curso médico em Alagoas	
Estácio de Lima	pg. 17
O centro de interesse — uma necessidade para a nossa escola	
Maria Dorothea Carneiro	pg. 24
Plano de ensino profissional rural	
Manoel Balthazar Pereira Diégues Junior	pg. 28
Finalidades e Instituições da Escola Primária Rural	
Roberval Pompilio Nogueira Cardoso	pg. 36
Relatório	
Dinah de Souza Campos	pg. 50
Programa de ensino primário	pg. 53
Notícias e Comentários	pg. 83
Atos da Administração Estadual	pg. 86
Social	pg. 90

INTEGRAÇÃO SOCIAL

É dos livros e da observação de todos os dias a decepção que representam para algumas professoras os primeiros contactos com a vida profissional.

Adolescentes cursam as escolas normais, ouvem aulas e mais aulas sobre os mais variados problemas pedagógicos, integram-se no conhecimento das humanidades, familiarizam-se com as questões matemáticas e se põem ao par dos tesouros da língua.

E sonham, sonham muito, é a verdade, com dias maravilhosos, esponsais invejados, viagens encantadoras. E se esquecem, quasi sempre, de pensar, de meditar na extensão das responsabilidades da profissão e principalmente na necessidades de bem exercê-la, de refletir os ensinamentos recebidos para bem applicá-los, de sentir em toda plenitude aquela indispensável integração profissional que a vocação determina.

E designada para uma longínqua escola, vai a professora sentir o desnível. É a vida do interior sem atrativos e sem vida social, é a solidão do campo, é a saudade do bulício da cidade que alonga as noites e torna os dias insuportáveis. São por outro lado as deficiências materiais da escola, o desinterêsse dos pais, a indisciplina dos educandos, às vèzes a política malsã, um mundo de coisas a tumultuarem a vida da pobre mestra e a lhe apontar sempre com o caminho da cidade e o remédio da transferência.

E simultâneamente, os residentes e as autoridades a procurarem os responsáveis pelo ensino, para o envio de uma professora.

Eis um quadro frequente, sinônimo de desajustamento da professora e da comunidade rural.

Embora delicado, tem solução o problema: a integração da professora nas realidades da vida social da comunidade e um traçado civilizador de vida e de progresso para os que a constituem por parte de seus líderes.

A compreensão por parte da mestra da amplitude de sua tarefa, o exercício correto de suas qualidades de educadora, procurando elevar o nível de seus alunos e de suas famílias, tornando-se um fator de confiança e estímulo, farão crescer o seu conceito

firmando um prestígio indispensável para realização das tarefas educativas.

O entendimento pelos habitantes da função eminentemente profissional do professor, o carinho e a boa acolhida, o conhecimento dos benefícios que auferirão com a sua permanência, serão outros tantos elementos a pôr em prática para a felicidade comum.

Procurando encaminhar a solução do problema, está em organização, mediante acôrdo com o Ministério da Educação e Saude, o trabalho educativo das missões rurais. Experiência sociológica de resultados promissores noutras regiões aqui, dentro em breve, será iniciada. Equipes constituídas de educadora, assistente social, médico, agrônomo e enfermeira, trabalharão o nosso meio rural, procurando estudar as causas do desajustamento das comunidades ao mesmo tempo que as orientarão no sentido do progresso e da civilização.

Mantendo permanente contacto com a população, procurando dar todos os conselhos e sugestões úteis, pondo ao seu alcance seus trabalhos técnicos profissionais, encaminhando para solução os seus problemas, fazendo chegar às autoridades os seus reclamos e em troca de tudo isso nada exigindo, é de esperar sejam as Missões Rurais bem compreendidas em seus trabalhos e tenham facilitadas as suas tarefas.

Elementos de forte projeção social nas comunidades serão os professores conclamados a colaborar nessa obra que se nos afigura capaz de encaminhar para melhores dias as nossas distantes e apáticas cidades do interior.

Particularmente a escola esperamos floresça e se renove animada pelo novo espírito social e compreensivo de que serão possuídas as nossas educadoras rurais.

Sabemos que o trabalho não é fácil, que resistências terão de surgir, mas não se muda uma civilização sem tropeços nem se cria novos sistemas de vida sem dificuldades.

Animando-nos, porém, a agitar o problema, aí estão as nossas populações pobres e porque não dizê-lo, sub-desenvolvidas, a exigir de nós e do nosso patriotismo todo o esforço e tôdas as energias.

DISCURSO DE POSSE DO PROF. ANÍSIO TEIXEIRA NO I. N. E. P.

"Cã apre-me reconhecer, antes de mais nada, Sr. Ministro, a honra que me fizeram o Sr. Presidente da República e V. Excia., confiando-me a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, quando este perdeu o seu jovem e diligente Diretor, o Dr. Murilo Braga, vitimado em lamentável catástrofe aérea no cumprimento de missão do seu cargo.

Devo declarar, entretanto, que aceito o encargo, acima de tudo, como uma imposição do dever. Sou dos que pensam que estamos vivendo uma hora de aguda premência e de grandes exigências da vida nacional, em que nenhum de nós pode e deve recusar a investidura para que o convoquem as circunstâncias, de vez que se nos reconheçam (ou presumam) condições de especialização e experiência para o seu desempenho. Eu aqui estou, convocado pela amizade com que me distingue V. Excia., pela confiança com que se dignou de honrar-me V. Excia., o Senhor Presidente da República e pelos longos anos de preocupação que tenho dedicado aos problemas de educação no Brasil.

Épocas, como a nossa, já têm marcado a humanidade, nas suas transformações históricas; mas, não creio que, em nenhuma delas, como na atual, tenha havido uma consciência tão viva de transição e perigo. Essa consciência de perigo e de apreensão está ameaçando imobilizar-nos numa posição de apatia e aparente indiferença ante a vastidão e complexidade das mudanças em curso e é contra isto que se ergue a nossa própria noção de dever, para abrigar-nos a aceitar o posto — seja qual fôr — na batalha sem fim pelo desenvolvimento, vale dizer, pela integração e recuperação nos seus novos aspectos, dos valores morais e espirituais de nossa civilização.

Estamos, com efeito, a fazer, agora, a nossa revolução industrial, melhor diríamos, tecnológica com o seu ról de consequências em nosso modo prático de viver, na divisão do trabalho, no surgimento da produção em massa, no enriquecimento nacional e na crescente urbanização da vida brasileira.

Entre as mudanças de ordem tradicional ocorridas, como efeito de tal causa, em nações avançadas no caminho dessa am-

pla e intensiva industrialização, nem tudo, convém notar, foi e está sendo progresso moral, progresso social em proporção dos progressos materiais realizados e do aumento de poder alcançado. Certos inconvenientes são manifestos e não ser desprezados, numa observação imparcial, para que evitemos, si possível, ou, ao menos, os atenuemos: a perda do senso de comunidade, a exaltação dos propósitos individuais ou de grupos, a indiferença ou descaso pelos códigos morais, o gesto pela excitação vazia senão prejudicial, — em detrimento dos valores mais finos e altos da civilização.

Mas, enquanto alguns dêsses povos avançados, começando mais cedo, ainda nos vagares do século dezenove, que, a rigor, se estende até 1915, puderam realizar a imensa tarefa da educação popular pela escola deparando-se, agora, com o problema da revisão, redireção e refinamento dessa instituição, não chegamos nós a criar um sistema comum e sólido de educação popular, e já as contingências de crescimento nos estão a pedir medidas e instituições — como as das leis do trabalho urbano e rural — que deviam assentar em um robusto e consistente sistema de educação pública. Temos, assim, de realizar, simultaneamente, as "reformas de base", inclusive a reforma agrária, e o sistema universal de educação que não chegamos a construir até hoje, já no meiado do século vinte.

Uma das consequências dessa evolução, unilateralmente acelerada, da vida nacional vem sendo a incorporação, sem o devido preparo, das massas do campo e das pequenas cidades ao operariado dos centros industriais e o crescimento vertiginoso das grandes cidades, com os resultados já conhecidos da urbanização intensiva agravada pela heterogeneidade e ausência de formação dos novos elementos transplantados.

Se êsse fenômeno, em nações de sólida estabilidade, tem-se revelado causa de profundos desequilíbrios, que não poderá se verificar, com essa súbita concentração da população ineducada nas cidades em crescimento e a onda de mobilidade a percorrer todo o país desperto, pelos novos meios de comunicação material e mental, para uma nova e indisfarçável inquietação?

Todos estamos a ver ou sentir o estado de confusão e de crise em que estamos imersos, que não é só o da crise geral de todo o mundo, mas esta mesma crise, já de si seria, tornada mais grave pela tenuidade de nossas instituições e pela impaciência insofrida com que as estamos expandindo, sem cuidar da reconstrução do existente nem de dar, ao novo, as condições de eficiência ou eficácia que os novos tempos estão a exigir.

Tudo isso vem resultar na imposição ao sistema de educação nacional de novos deveres, novos...

métodos. Com efeito, não podemos olhar para a escola, hoje, como se fôsse ela apenas aquela pacífica e quieta instituição, que crescia, paralelamente à civilização, nas mais das vêzes com um retardamento nem sempre prejudicial sôbre as suas mudanças, mas, sempre cheia de vigor e rigor moral e até não raro, excessiva em sua preocupação de formar e disciplinar o futuro homem. Hoje, fomos colhidos pelas mudanças, a própria escola constitui um mau exemplo e se faz um dos centros de nossa instabilidade e confusão.

O tumulto de fôrças, deflagradas pelas nossas transformações sociais, fez, com efeito do campo educacional o campo preferido para a projeção de sua ação desordenada e contraditória, com a exacerbação de certos defeitos crônicos de ensino nacional, a supressão dos freios e resistências, que antes nos impediam improvisações demasiado perigosas, e o envolvimento de tudo em certa simulação técnico-científica, muito característica do período confuso em que vivemos — simulação que, no fundo e na realidade, não passa de uma rígida e pouco inteligente burocratização.

Examinemos com efeito, embora rápidamente, o panorama de nosso ensino, para verificar se isso não é verdade.

O ensino brasileiro, por isto mesmo que era um ensino quase que só para a camada mais abastada da sociedade, sempre tendeu a ser ornamental e livresco. Não era um ensino para o trabalho, ms um ensino para o lazer.

Cultivava-se o homem, no melhor dos casos, para que se ilustrasse nas artes de falar e escrever. Não havia nisto grande êrro, pois a sociedade achava-se dividida entre os que trabalhavam e não precisavam educar-se e os que, se trabalhavam era nos leves e finos trabalhos sociais e públicos, para o que apenas requeriam aquela educação.

Quando a educação, com a democracia a desenvolver-se, passou a ser não apenas um instrumento de ilustração, mas um processo de preparação real para as diversas modalidades de vida da sociedade moderna, deparamo-nos sem precedente nem tradições para a implantação dos novos tipos de escola. Cumpria criar algo em oposição a tendencias viscerais de uma sociedade semi-feudal e aristocrática, e para tal sempre nos revelamos poucos felizes exatamente por um apêgo a falsas "tradições", pois não creio que se possa falar de "tradições" coloniais escavocratas feudais num país que se fez livre e democrático.

De qualquer modo, a nossa resistência aos métodos ativos e de trabalho sempre foi visível na escola primária, que, ou se fazia escola apenas de ler, escrever e contar, ou descambava para um

miudos sucessos de crianças letra-

das. No ensino chamado profissional, entretanto, é que mais se revelava a nossa incapacidade para o ensino prático, real e efetivo. Este ensino, porque não podia se confinar ao livro e verbalístico, não vingava e constituía um espetáculo penoso de instituições murchas e secas. Só o ensino secundário prosperava, porque aí as tendências nacionais julgavam poder expandir-se, sem a consciência penosa de uma frustração. O ensino superior, embora todo êle de objetivos profissionais, mascarava o seu real academieismo com umas fantasias experimentais menos concretas do que aparentes.

Todo o ensino sofria, assim, dessa diátese de ensino ornamental: no melhor dos casos de ilustração e, nos piores, de verbalismo ôco e inútil.

A luta contra êsse tipo de ensino sempre foi, entretanto, vigorosa, mesmo ainda no tempo da monarquia, recrudescendo vivamente na república. Uma parte culta e mais lúcida do país tinha perfeita consciência, do fenômeno e, nos centros que mais se adiantavam, como em S. Paulo e no Rio, o esforço por uma verdadeira escola primária, por escolas profissionais autênticas e por escolas superiores eficientes e aparelhadas, chegou a alguns resultados apreciáveis. Não esqueço nunca a saudável impressão que me causou, em S. Paulo, ver ginásios decadentes e escolas profissionais vivas e prósperas.

Nos fins da década de 20 a 30, parecia, assim, que estávamos preparados para a reconstrução de nossas escolas. A consciência dos erros se fazia cada vez mais palpitantes e o ambiente de preparação revolucionária era propício à reorganização. O país iniciou a jornada de 30 com um verdadeiro programa de reforma educacional. Nas revoluções, como nas guerras, sabe-se, porém, como elas começam mas não se sabe como acabam.

A primeira fase daquela jornada caracterizou-se por ímpetos construtivos e por um esforço singular pela recuperação da escola, sem perda da prudência, que uma longa consciência de nossa pobreza em recursos humanos nos havia inculcado. Menos do que expansão quantitativa, lutamos por melhorar a qualidade de nossas escolas. Todo o movimento era pela reforma de métodos e pela implantação de novos tipos de educação. Surgiu a universidade geral com o técnico do Distrito Federal. A escola primária recuperou prestígio e deu-se início à reforma dos seus objetivos e processos de ensino. A vinda de professores estrangeiros para as novas escolas superiores, em S. Paulo e no Rio, era uma nota corajosa e promissora.

Em meio a tudo, o país crescia, num...

dências improvisadoras, que se avolumaram em face da própria expansão nacional.

Numa segunda fase, a reação e um confuso tradicionalismo infiltraram-se, com pertinácia e não sem êxito, trazendo para a educação resultados paradoxais. O estado de espírito defensivo, que se apoderou da sociedade brasileira, afrouxou as suas resistências ao que, embora aparentemente tradicional, já se mostrava à melhor consciência do país prejudicial à sua formação e ao seu progresso. Houve uma espécie de livre passe indiscriminado para tudo que fôsse ou se rotulasse de tradicional e uma vigorosa hostilidade a tudo que fôsse ou parecesse ser novo. E a educação — que fôra sempre o setor mais sensível para a luta entre o novo e o velho — constituiu-se o grande campo para a derrota do que já havia de melhor no país em resistência e espírito de reconstrução.

Confundimos dissolução com expansão e entramos em uma fase de condescendência para com os defeitos nacionais, que raiou pela inconsciência.

Na escola primária — que era a melhor escola brasileira, apesar de todos os pesares — a redução dos horários e a volta aos métodos tradicionais transformaram-na em "má escola" de ler e escrever, com perda sensível de prestígio social, eficiência e alcance, decorrente de não se haver articulado com o ensino médio e superior e de não mais satisfazer às necessidades mínimas de preparo para a vida.

A escola secundária multiplicou-se, quase diríamos, ao infinito. Como escola de "passar de uma classe social para outra", fez-se a reinar discricionariamente. Como a primária, organizou-se em turnos, reduzindo o período escolar a meio dia e, à noite, a um terço do dia. Sem sequer possuir a modéstia pedagógica da escola primária, não a inquietou nenhuma agulhada de consciência na prática dos métodos mais obsoletos de memorização, da simples imposição de conhecimentos inertes e do formalismo das notas e dos exames. Fez crescer uma indústria de livros didáticos fáceis e fragmentados, "de acordo com o programa", e reentronizou o "passar no exame" como finalidade suprema e única da tortura, meio jocosa meio trágica, que é o nosso atual ensino secundário. Num país em que a iniciativa privada foi sempre reticente ou apática, para tudo que custa esforços e não remunera amplamente, fez-se o ensino secundário um dos campos prediletos dessa iniciativa.

Mas não fica aí a consequência da nossa perda de resistência aos imediatismos de povo sem verdadeiras e firmes tradições educacionais. Passamos agora a "facilitar" o ensino superior, estamos dissolvendo-o, que a tanto importa a multiplicação numérica ir-

responsável de escolas desse nível. Temos mais de 200 escolas superiores, mais de vinte faculdades de "filosofia", "ciências e letras" e outras tantas faculdades de "ciências econômicas", isto para sòmente citar escolas de que não possuímos nenhuma experiência até uns quinze anos passados. E os processos de "concessão" continuam, tudo levando a crer que o episódio do ensino secundário se vai repetir no campo mais alto do ensino superior. O espírito é o mesmo que deu em resultado a inflação do ensino secundário: o espírito da educação para o exame e o diploma, do ensino oral, expositivo, com o material único dos apontamentos, nosso ridículo sucedâneo das sebentas coimbras.

Está claro que tal educação não instrui, não prepara, não habilita, não educa. Por que, então triunfa e prospera? Porque lhe restam ainda duas saídas, sem esquecer a singular versatilidade brasileira, que nos torna capazes de passar por cima de deficiências educacionais as mais espantosas.

As duas saídas têm sido e são ainda: a alargada porta da função pública e as oportunidades também ampliadas da produção brasileira, uma e outras sem maiores exigências ou padrões de eficiência. Com êsse aumento quantitativo das chances de emprego, público e particular, e o baixo índice de produtividade do brasileiro, em qualquer dos dois campos, pagamos, tornando-a senão simulação educacional. O ciclo se fecha, impedindo, deste modo, a rutura do equilíbrio.

Enquanto o nosso crescimento quantitativo se fizer com a aceleração presente e a aceitação de elementos de qualquer ordem para o preenchimento das nossas necessidades impedir a exigência de melhores requisitos, os serviços educacionais brasileiros continuarão a ser o que são, ajudados pela válvula de segurança do emprego fácil para os seus produtos de segunda ordem.

Há, entretanto, sinais de que estamos chegando a um momento crítico. O número de pseudo-educados já está transbordando das possibilidades de absorção. Isto já se evidencia, claramente, nos exames vestibulares das escolas superiores e nos concursos para cargos públicos e privados. Por outro lado, a produção, o comércio e as atividades técnicas superiores começam a dar mostras de inquietação. Há sintomas de uma mudança de atitude, que se revela, pelo menos, por três aspectos, a se refletirem na própria educação. No ensino secundário, pelo aperfeiçoamento voraz de competição conseguem alunos e recursos suficientes para oferecer um dique ao desêjo de educação fácil e formal. Tal não seria possível se também os pais não estivessem a sentir que já "há vantagem" numa educação de tal qualidade. No ensino superior, por iniciativas sérias, tanto no ensino oficial

particular, para a instauração de regimes novos, como em São Paulo e São José dos Campos, de tempo integral para professores e alunos e o início de um verdadeiro ensino universitário. Nada disto seria possível, nos moldes da atual burocratização do ensino, se as necessidades nacionais não se estivessem fazendo a tal ponto gritantes que só cumprir as exigências de uma fiscalização burocrática não basta, impondo-se tentames que em muito já as superam.

Do ponto de vista da indústria, assistimos a fenômenos dos mais impressionantes e esclarecedores. Está ela tomando a si o problema de formar o trabalhador qualificado e especializado, com um sistema de ensino paralelo ao oficial ou oficializado.

Há sinais dentro dele e fora dele, de que algo está a fazer e muito mais se fará por cima e a despeito de tudo, se não dermos início a sua reorganização, à sua reconstrução institucional. Começamos já a colher os resultados, os frutos amargos do imenso sistema de frustração em que o ensino oficial e oficializado se vem constituindo. Todo êsse mundo de candidatos reprovados nos vestibulares das escolas superiores e nos concursos de cargos públicos e de organismos para-estatais e privados constúi um mundo ludibriado pelas nossas escolas, que inácta na sociedade o veneno de suas decepções ou dos seus desajustamentos.

Temos, pois, de dar início a um movimento de reavaliação e reavaliação de nossos esforços em educação. E é com êste espirito, Senhor Ministro, que aceito a investidura com que me honra o Govêrno da República.

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos tem de tentar uma tomada de consciência na marcha da expansão educacional brasileira, examinar o que foi feito e como foi feito, proceder a inquéritos esclarecedores e experimentar medir a eficiência ou eneficiência de nosso ensino.

Não podemos continuar a crescer de modo por que vamos crescendo, porque isto não é crescer, mas dissolver-nos. Precisamos voltar à ideia de que há passos e etapas, cronolôgicamente inevitáveis, para qualquer progresso. Assim é que não podemos fazer escolas sem professores, seja lá qual for o nível das mesmas, e, muito menos, ante a falta de professores, improvisar, sem recorrer a elementos de um outro meio, escolas para o preparo de tais professores. Depois, não podemos fazer escolas sem livros. E tudo isto estamos fazendo, invertendo, de modo singular, a marcha natural das cousas. Como não temos escolas secundárias por nos faltarem professores, criamos faculdades de filosofia, para as quais, como é evidente, ainda será mais frisante a falta de professores capazes. Se não podemos fazer o menos, como havemos de tentar o mais? Para restabelecer o domínio dêste elementar bom

— 14 —
senso, em momento como o atual, em que a complexidade das mudanças impede e perturba a visão, são necessários estudos cuidadosos e impessoais, de que o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos deverá encarregar-se com o seu corpo de técnicos e analistas educacionais, mobilizando ou convocando também, se preciso e como for possível, outros valores humanos, onde quer que se os encontre.

Está já em curso no Congresso a lei complementar à Constituição que traçará as bases e diretrizes da educação nacional. Essa lei básica não poderá deixar, dentro dos princípios constitucionais, de proceder a uma ampla e indispensável descentralização administrativa da educação, graças à qual este Ministério poderá retomar as suas altas e difíceis funções de liderança estimuladora e criadora da educação ao invés da atuação restritiva e rígida com que cerceia e dificulta, hoje, o desenvolvimento e a expansão das iniciativas e experiências novas, e limita e empobrece a força vivificadora da autonomia e do senso de responsabilidade. No novo regime, a ser implantado, de descentralização e liberdade com responsabilidade dentro do quadro das bases e diretrizes da educação nacional, os instrumentos de controle e coordenação passam a ser os delicados instrumentos das verificações objetivas, dos inquéritos reveladores, da troca de informações e esclarecimentos entre os educadores, nas conferências educacionais. Será um regime de sanções mais de opinião pública e de consciência educacional, a se criar no país, do que de atos de autoridade.

As funções do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos deverão ganhar, em a nova fase, amplitude ainda maior, buscando tornar-se, tanto quanto possível, o centro de inspirações do magistério nacional para a formação daquela consciência educacional comum que, mais do que qualquer outra força, deverá dirigir e orientar a escola brasileira, ajudada pelos planos de assistência técnica e financeira com que este Ministério irá promover e encorajar todos os esforços uteis e todas as iniciativas saudáveis, que as energias insuspeitadas da liberdade e da autonomia irão fazer surgir em todo o Brasil.

Cumprir-nos-á, assim e para tanto, medir o sistema educacional em suas dimensões mais íntimas, revelando ao país não apenas a quantidade das escolas, mas a sua qualidade, o tipo de ensino que ministram, os resultados a que chegam no nível primário, no secundário e mesmo no superior. Nenhum progresso principalmente qualitativo se poderá conseguir e assegurar, sem primeiro, saber-se o que estamos fazendo.

Os estudos do INEP deverão ajudar a eclosão desse movimento de consciência nacional indispensável à reconstrução escolar.

profissionais, apreciada e julgada. Os métodos para estes julgamentos resumem-se, entretanto, na opinião pessoal de cada um. Naturalmente, os julgamentos não de discordar mesmo entre pessoas de tirocínio comprovado. Temos que nos esforçar por fugir a tais rotinas de simples opinião pessoal, onde ou sempre que desejarmos alcançar ação comum e articulada. Sempre que pudermos proceder a inquéritos objetivos, estabelecendo os fatos com a maior segurança possível, teremos facilitado as operações de medida e julgamento válidas. Até o momento não temos passado, de modo geral, do simples censo estatístico da educação. É necessário levar o inquérito às práticas educacionais. Procurar medir a educação, não somente em seus aspectos externos, mas em seus processos, métodos, práticas, conteúdo e resultados reais obtidos. Tomados os objetivos da educação em forma analítica, verificar, por meio de amostragens bem planejadas como e até que ponto vem a educação conseguindo atingí-los.

Tais inquéritos devem estender-se aos diferentes ramos e níveis de ensino e medir ou procurar medir as aquisições dos escolares, nas técnicas, conhecimentos e atitudes, consideradas necessárias ou visadas pela escola.

Enquanto assim não procedermos, não poderemos progredir nem fazer recomendações para qualquer progresso que não sejam de valor puramente individual ou opinativo. Este trabalho, pois, não será nenhum trabalho remoto e distante, mas parte integrante do programa de reconstrução de nossas escolas e revisão dos seus métodos. Não será por leis, mas por tais estudos, que daremos início à reforma do ensino, que todos anseiam mas temem, com fundado recêio de que se transforme em mais uma experiência frustrada de alteração de nomes ou de posição dos elementos no complexo da situação educacional.

Se conseguirmos, porém, os estudos objetivos que aqui sugerimos, e sobre eles fundarmos diagnósticos válidos e aceitos, não será difícil a elaboração dos métodos de tratamento e a indicação dos prognósticos. Os métodos de tratamento surgirão nos guias e manuais de ensino para os professores e diretores de escolas, os quais constituirão livros experimentais de recomendações e sugestões, para a condução do trabalho escolar. Em complemento, deveremos chegar até o livro didático, compreendendo o livro de texto e o livro de fontes, buscando integrar o espírito e as conclusões dos inquéritos procedidos.

Com tal planejamento estaremos prosseguindo o estudo objetivo da educação e lançando as bases de nossa ciência da educação. Uso esta palavra — ciência — com extremo cuidado, porque, entre nós, dela se vem abusando, como, não menos, da palavra técnica.

Esforçar-nos-emos por aplicar métodos objetivos e, quando possível, experimentais, mas tudo conduziremos com o sentimento profundo do caráter provisório do conhecimento mesmo quando ou, talvez, sobretudo, quando científico. A ciência não nos vai fornecer receita para as soluções dos nossos problemas, mas o itinerário de um caminho penoso e difícil, com idas e voltas, ensaios e verificações e revisões, em constantes reconstrução, a que não faltará, contudo, a unidade de essência, de fins e objetivos, que estará contida não só na lei de bases e diretrizes, como na ciência profissional, que pouco a pouco se irá formando entre os educadores. Será por este modo que o Instituto pensa se deixar conduzir pelo método e espírito científico.

Temos um imenso campo de estudos, mas o terreno de há muito vem sendo amanhado. Além dos levantamentos estatísticos e das descrições externas das unidades escolares, há precedentes de investigações mais sérias e o comêço de elaboração de certas medidas. O primeiro período do INEP foi o de uma instituição de pesquisas sob a experimentada orientação de um dos nossos maiores profissionais de educação, o Dr. Lourenço Filho.

A maior parte, contudo, das práticas educacionais brasileiras está ainda por ser estudada. Quase todos os instrumentos de medida estão por ser elaborados.

A tarefa é grande. Mas, para tarefas dessa ordem, os ingredientes são a humildade e a fé. E isto creio que teremos todos os que já trabalham e os que vamos trabalhar no Instituto, pois a humildade nos virá de nossa ignorância real das coisas do ensino no Brasil e a fé de nosso amor por êle”.

NO ATO DE INSTALAÇÃO DO CURSO MÉDICO DE ALAGOAS

Prof. ESTACIO DE LIMA

Alagoas vive, agora, em toda a sua plenitude, um grande sonho de beleza rara. Felizes as criaturas que neste mundo de acerbas inquietudes e de exhibições desmedidas, conservam a pureza dos seus ideais, e não deixam morrer, no coração e no pensamento, as ilusões e os sonhos. A mocidade é formosa justamente pelas próprias utopias que embala; e a velhice é triste pelos espectros que lhe povôam a alma. A longevidade sadia está menos na segurança da marcha e na verticalidade da coluna vertebral, do que na conservação da saúde e das alegrias do espírito.

Não é que eu deseje para a humanidade, uma senetude a geito daquela de que falava o meu clássico esquecido, — D. Francisco Manuel de Mélo: Etnas coroados, por fóra, de neves, que são as cans; e ardentes, por dentro, pelas lavas em ignição, que são as paixões. Tão desoladora é a juventude sem esperanças, nem anelos veementes, quanto a senecência ansiosa de ter tudo o que a existência não consegue mais oferecer-lhe.

Os sonhos primaverís podem ser desmendidados que nunca perdem a louçania e a graça; na velhice, terão que ser moderados, para não sofrerem o ridículo. E o ridículo é a mais dolorosa punhalada que atingir possa o corpo e a alma dos homens.

De qualquer sorte, sonhar é um grande e doce bem, e quem sabe si a felicidade não consiste justamente nisto...

Si os indivíduos nascessem, apenas, para os anseios de felicidade e não para a luta e para as realizações, eu pregaria, ininterruptamente, como objectivo da vida, a contemplação, as abstrações perenes, asas soltas à imaginação e à fantasia...

No entanto, é mister pelejar. A biologia mesma ensina e demonstra que a vida é impossível sem o entrechoque de ações e reações. Cumpre, no entanto, saber pelejar e saber querer. E quão difícil é a batalha pela efetivação de um ideal! D. Quixote o possuía, mas, desgraçadamente, jamais soube distinguir a irregularidade do que é positivo.

Intentar viver as quimeras é, muitas vêzes, abrir as portas às decepções e às amarguras.

Os imbeles, os que não possuem energia decidida não intentem nunca abandonar o haletismo. A trágica personagem de Schakespeare era incapaz de arrostar batalhas ásperas para atingir realizações efetivas e grandiosas. O esgrimista agilíssimo de sua espada não obedecia a finalidades consecutivas.

Sómente os fortes, no mais amplo sentido, são capazes das justas, com os seus muitos revezes e suas poucas vitórias, pelas edificações das cousas verdadeiramente boas e belas.

Vocês, meus prezados amigos do corpo docente desta recém-nata e já, sem dúvida, vitoriosa Faculdade de Medicina, vocês não permaneceram na inação e nas abstrações. Trouxeram do mundo suavíssimo dos sonhos este ansêio palpitante de imprimir formas de vida vibrante e fecunda aos ideais que não haviam de estiolar-se e perder-se na esterilidade da imaginação improdutiva.

E por isto mesmo que a extraordinária concretização do que se acreditava uma utopia, foi, afinal, possível, não poderão julgar vocês que o combate terminou e que a hora de ensarilhar as armas já foi anunciada pelos clarins.

Muitas asperezas ainda aguardarão os dias futuros. Muito ainda por fazer e realizar. Mas a obra maior, daqui por diante, é a continuidade dos esforços, a persistência na caminhada, a tenacidade em não ceder terreno e conquistar trincheiras novas.

Vocês, fundando, aqui, uma escola de ensino médico, assumiram os mais graves compromissos, não apenas com o povo e a terra de Alagoas, si não igualmente, com o Brasil inteiro.

Uma Faculdade de Medicina é sem dúvida, um núcleo de cultura, de investigação, de aperfeiçoamento técnico, mas, sobretudo, é o centro de formação dos novos clínicos que nos terão de suceder nos labores diuturnos do exercício profissional.

Quanta nobreza e quanta magestade nesse objetivo soberano!

Cumpram, outrossim, positivar e esclarecer o êrro daqueles que julgam já existir plethora de médicos em nosso país. Si, acaso, todos os diplomados do Brasil trabalhassem, de norte a sul, exclusivamente, nos misteres da clínica, teríamos a cifra de um médico para 2.500 habitantes, quando, nos países de condições sanitárias admiráveis, com a Suécia, esta proporção é de um para 500. Faça-se, agora, a exclusão dos velhos que não podem mais, dos ricos que não querem, dos falidos que não souberam, dos transviados que se dedicaram a novas profissões, e, dificilmente, nesta querida e pobre pátria brasileira, contaremos com um médico para quatro mil habitantes.

Além disso, necessitamos de um exército adestrado de sanitaristas que façam exclusivamente higiene, mas higiene perfeita, capaz de preservar a saúde a vida, perdidos em desamparo tristíssimo.

O equívoco advem, geralmente, da distribuição indevida dos médicos, fascinados, numa quantidade considerável, pelo conforto — que importam os perigos? — e pelas seduções das metrópoles. Os recémformados querem vencer de pronto nas capitais e nos centros maiores, onde, realmente, se vem observando inquietante aglutinação, proletarizando-se os esculápios, que passam a preferir as dificuldades dos empregos urbanos mal remunerados, às possibilidades de uma árdua clínica no interior.

O problema, sei bem, não é simples, como se poderia entender destas palavras rápidas. Ha as extensões territoriais imensas, a densidade mínima das populações rurais, a pobreza e a miséria de muitos que necessitam de assistência e de medicamentos, sem poderem satisfazer os honorários, nem procurar as farmácias. Não seria equânime pretendessemos transformar grande porção de médicos em puros missionários, ou anacoretas desprendidos e sofredores, vivendo as suas fadigas nos descampados das catingas tórridas, ou no sombrio terror das florestas equatoriais.

Si, realmente, o médico necessita viver com dignidade, não é menos digno de sobreviver o desgraçado caboclo que somente conhece a resignação das preces inescutadas, ou o desespero das agonias sem remédio...

Não será esta a ocasião propícia para discutirmos as graves questões atinentes à socialização da medicina, ou os meios de proporcionar socorros às populações estioladas e enférmicas. Apenas é o ensejo de firmarmos o conceito de que não é demais uma nova Faculdade de Medicina no Brasil, e que êste critério de estabelecimentos regionais, difundindo escolas médicas alí e acolá, é uma das terapêuticas meliores, contra esta marcha, deveras injusta, dos neo-diplomados para as regiões mais ricas e mais prósperas, com o abandono desolador das plagas desafortunadas.

Assim, bem merecem vocês os aplausos e o amparo da nossa gente e o decidido apôio do governo. E' mister que esses aplausos e esse apôio não faltem nunca, porque a missão é difícil, custosa, e os sofrimentos não serão poucos, exigindo trabalho ininterrupto, estudo constante, dedicação, espírito de luta, coragem e amor profissional.

O dever precípua que todos, à análise primeira exigirão de vocês é a capacidade magisterial, traduzida no valor de cada um para a observação e a experiência, e na possibilidade de transmissão de conhecimentos novos e verdadeiros.

Contemporâneamente, vocês terão que olhar de frente — como o estamos fazendo por lá — para o problema assás ingrato, porque não dizê-lo ingratíssimo — com que se defronta o magistério superior: a deficiência lastimável do ensino secundário nacional. Chegam-nos, todos os anos, grandes turmas novas, e o

despreparo básico dos vestibulandos salta aos olhos, consequentemente à falta de Laboratórios, de bons livros didáticos, de mestres capazes, de alunos cônscios dos seus deveres e pais que se preocupem tanto com as notas de aprovação a qualquer preço. Bem sabem vocês que para alcançarmos, repetidamente, neo-matrimonistas de agora, teremos de acorrer em auxílio do poder público e dos próprios estabelecimentos particulares, no sentido da elevação do triste nível atual que não é somente de um ou de outro Estado, si não de todo o Brasil, cuidando-se, outrossim, da saúde dos moços, e nunca se descurando de impulsionar a cultura literária do estudante, desde o ginásio. O acadêmico de medicina que jamais leu os primorosos livros de Eça ou de Machado de Assis, e não compulsou nunca as páginas soberanas de Du Gard Martin, ao derredor daquele singularíssimos Thibauts, ha-de sempre ser um aluno medíocre.

Entremear o manuseio da clássica Anatomia de Testut, já o escreví algures, ou as folhas de qualquer autor autorizado que busca apreciar a morfologia caprichosa e os mistérios funcionais dos cromosomas, entremear tudo isso com um romance menos de ficção que de palpitanter realidades, será construir um sólido e formoso edifício espiritual. A poesia mesma, uma estrofe harmoniosa que nos diga, por acaso, dos encantos e graças gentis de um sorriso ou de um olhar, repousa e amenisa o coração e a alma da gente, criando revigoradas fôrças e estímulos da vitória...

Julga o homem contemporâneo poder superar todas as tribulações do momento, e enfrentar as torturantes dúvidas do porvir, às custas de uma nova revolução industrial e de uma crescente perfeição da técnica.

O tecnicismo que ora empolga os sentidos das criaturas, perturba-lhe a serenidade da inteligência e lhe estiola a faculdade das iniciativas.

E o que se verifica nas universidades do mundo moderno é, entretanto, a preocupação máxima de fazer hábeis técnicos das ciências biológicas em vez de bons clínicos, bons e compreensivos. As matemáticas invadiram as propedêuticas. O electro-cardiograma e a electroencefalografia são problemas de letras e de números em que se conclui, pelo conhecimento das correntes de ação, que o órgão está rígido ou perturbado neste ou naquele segmento. O microscópio electrónico que aumenta diâmetros aos milhares, e a fisico-química arrogante ditam resultados sutilíssimos e desconcertantes... Os raios X liquidaram, quase, com as suas descobertas, o ensino atual na advérsidade.

medicina de equipes, marcha sincronizada ao derredor dos leitos, ou aos lados das mesas cirúrgicas.

Este mesmo protesto solene deu-me ensejo de fazê-lo à tribuna de paraninfo dos médicos de 1950, da Universidade baiana.

E' o que transporto para aqui, em traços muito leves, no momento augusto da instalação do curso médico das Alagoas.

Estou certo da repercussão destas pobres palavras de um professor que embranqueceu os cabelos nas pregações de sua cátedra; estou certo de que vocês, tão jovens ainda, e tão brilhantes sempre, jamais olvidarão êste conselho: cultivem, nos alunos, em toda a sua magnitude e beleza, o espírito do médico.

Os conhecimentos científicos, todos os dias renovados, não devem conduzir à crença excessiva nos seus princípios.

Os médicos do passado realizaram maravilhas no domínio dos diagnósticos e no terreno dos tratamentos. A vaidade contemporânea leva-nos, porém, a desdenhar os processos e os métodos de cura de Trousseau e Dieulafoy. No entanto, foram eles incomparáveis na sua época, e realizaram milagres efetivos, menos pela ciência do que pelo espírito do médico, a coisa única eterna em Medicina.

O inolvidável José Julio Cansanção e aquêle insigne Sampaio Marques, sem disporem das sulfas e dos antibioticos, nem contarem com as maravilhas do laboratório atual, fizeram prodígios indiscutíveis de cura, nos grandes dias de suas carreiras profissionais. As lições da Medicina Psicossomática aí estão a se imporem pelas verdades que encerram. Não basta conhecer o corpo doente: é mister penetrar a alma enferma, desvendar-lhe os segredos, conhecer-lhe os desvãos obscuros. Já o disse, eu mesmo, de uma feita, nenhum digital alcança compensar um coração quando as inquietudes morais estão presentes e são inelutáveis.

Não será que desejemos copiar nesta segunda metade do século vinte, o médico de aldeia integral, das páginas suaves de Julio Diniz, para jogá-lo no torvelhinho desta existência trepidante, em que muitas doenças foram vencidas e outras, entretanto, crescem implacáveis, como o barbaro Cancer...

Mas a Psicologia Médica em condições de proporcionar os meios de estabelecer um contacto muito maior e mais estreito entre o clínico e o doente, haverão vocês de ensina-la, dia por dia, nas várias disciplinas do currículo, e, melhor ainda, numa cátedra autônoma, capaz de cultivar sem desdoiro, e em toda a sua majestade, o espírito do médico.

Seja a Faculdade de Medicina de Alagoas um modelo de compreensão de tudo isto — moderna, no sentido da segurança e da perfeição técnica e científica, através dos seus laboratórios, enfermarias, bibliotecas ou anfiteatros; e eterna, em realidade, na

devoção do curso por que o professor não seja limitado em sua personalidade total, homem de inteligência e de cultura, mas, igualmente, homem de sentimento e de ternura, capaz de iniciativas rápidas e firmes, e senhor de alguma coisa mais, que é este espírito admirável do Médico.

Perdoai-me, Senhoras e Senhores, minhas palavras, tão singelas e talvez inoportunas, mas, certamente fatigantes. Esta solenidade admirável, para seu brilho maior, não precisaria dos meus discursos modestos, depois da palavra estudantil, vibrante, e, sobretudo, após o verbo veemente deste excepcional Ib Gatto, e a lição magistral de Abelardo Duarte.

Apenas estou aqui, entre meus alunos de ontem, mestres de agora, para traduzir-lhes minha fé e minha esperança nos destinos da Faculdade de Medicina de Alagoas.

* * *

Convidando-me vocês para esta festividade soberba, presenciam o prazer e as alegrias que me haviam de proporcionar.

É um doce enleio rever, aos quondos, a terra estremecida em que chorei pela primeira vez ao nascer, em que sorri, pela vez primeira, nos braços carinhosos de minha Mãe.

O destino nos conduz, muitas vezes, para bem longe. A velha e estremosa Bahia, ou terras outras muito distantes e estranhas, porém grandjozas e sedutoras...

Nunca, entretanto, esqueci este pequenino recanto, pequenino e lindo, com as suas praias de alvura-deslumbrante, seus coqueirais farfalhantes e amigos, suas lagoas espalhando o indescrevível luar nordestino de Catulo... Nunca esqueci os primeiros poemas que eu li, os sonetos todos e os Versos de um Simplex, que a Musa mimosa de Guimarães Passos inspirou... E o Noivado de Aristeu e as rimas encantadoras de José Maria Goulart de Andrade... Tudo são recordações imperecíveis.

As Cheganças da Nau Catarineta, e o canto triste e belo do gageiro... O tinir das espadas dos reizados e guerreiros, com as cantigas dos mais ricos repositórios folclóricos. E os trejeitos graciosos da Mestra, ou as sutilezas coreográficas da menina do partido azul das minhas preferências ingênuas, uma e outra re-produzindo as intenções do grande lusitano que foi Frei Gil Vicente...

Ah! Terra minha querida! Que amargura não encontrar mais as festas sedutoras de Bebedouro, pobre Bebedouro, meio esquecido, desde que se foi o velho Bonifácio...

E o meu admirado Farol, plantado no alto da Ladeira da Catedral, já não existe mais.

Quantas lembranças, quantas recordações. Até do meu primeiro amor... Foi aqui, que eu ameí...

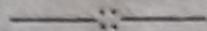
como somente se ama aos quinze anos de idade. E a primeira ingratidão do amor — depois disso muitas outras sofri — e nem uma feriu tanto quanto aquela primeira, dos meus dezesseis anos incompletos. Aí está a evocação de uma grande dôr que não dóe mais. Em seu lugar, a saudade que os meus cabelos brancos tornaram amena e boa de sentir!

Quantas vezes repeti baixinho, os decassilabos inspirados de Ciridião Durval:

“Maceió de Minh'alma, Viva estrela
Dos páramos etéreos desprendida!”

Meus amigos:

Agradecendo-lhes a oportunidade de rever e reviver estes Céus e esta terra de sonhos, eu saúdo os sonhadores que, afinal, construíram a Faculdade de Medicina de Alagoas, para grandeza maior da Cultura Nacional.



O CENTRO DE INTERESSE — UMA NECESSIDADE PARA A NOSSA ESCOLA

MARIA DOROTÉA CARNEIRO

Na escola da atividade e do trabalho — a escola atual, dois métodos se disputam a prioridade, pela excelência dos seus resultados, variedade e colorido dos seus aspectos: — o método de projetos de Dewey e dos centros de interesses de Decroly. Não é o lugar aqui de discutir as vantagens e desvantagens de ambos, vistos em si mesmos, considerados em sua essência, mas de apreciá-los quando transplantados para o nosso meio, aplicados às nossas necessidades e condicionados à não muito larga compreensão que vai tendo entre nós a ação renovadora do ensino. Não há exagêro se afirmarmos que o movimento de reforma não toma o impulso, não sofre o “elan” que lhe convinha e que era de esperar. Prova-o o desencanto da maioria das nossas jovens estregantes, professoras que apenas saídas das lições de renovação dos mestres, estacam decepcionadas e cheias de cepticismo diante da realidade que se lhes apresenta: — ambientes tão distanciados, material e intelectualmente do ideal que sonharam para qualquer processo sadio de escola progressiva que, em pouco, exclamam, convencidas da “utopia” que aprenderam nos bancos escolares: não é possível uma conciliação, uma correspondência entre a teoria que aprendemos e a realidade da escola. Convencem-se elas, nós todos nos convencemos de um êrro, conformamo-nos a êle, e seguimos adiante, abraçados às mesmas rotinas, escravizados às mesmas crenças, porque a pequenina minoria que poderia entender e aplaudir a compreender um movimento de regeneração é apenas suficiente para manter viva a chama de um ideal e nunca suficiente e bastante para conseguir a realização dêsse mesmo ideal. E passamos à frente, firmados nos velhos hábitos, como se as lições dos mestres não passassem de encantadores mas inverossímeis contos das Mil e Uma Noites. E o quadro, em síntese, o mesmo de sempre: horários mosaicos, programas rígidos, inflexíveis, disciplinas excessivas e discriminadas, e o critério para a pesquisa do rendimento — o processo chinês dos exames e a mensuração da capacidade infantil — as notas, expressivas, sem dúvida, mas sem nenhuma significação na essência.

Mas, onde há tempo de que tenhamos a vida dentro da escola, com a congestão dos programas de um lado e a responsabilidade das provas do outro, obrigado que é o menino a digerir o cardápio que lhe é imposto, obrigado que é o professor a impor esse mesmo cardápio, de qualquer maneira, dentro de determinado período? Em que lugar se arranjará assim uma vida na escola — essa mesma de que nos fala Dewey.

Mas não pensemos em Dewey, porque mesmo sem ele se poderá fazer muito. É muito avançado para nós. O que é preciso é que queiramos, sintamos a vontade de um movimento renovador, que destruamos a convicção de que não é possível um paralelo entre a teoria e a obra dos práticos, quando êle é na realidade possível, plenamente possível, agradavelmente possível, e a questão não é mesmo de aumento de trabalho, mas de reforma de trabalho. O que será racional, porém, é que a transição seja lenta e de acôrdo com o meio onde se deva realizar o fenômeno educativo, porque não se conseguirá reformar tudo de uma vez, antes que a mentalidade ambiente esteja amadurecida para uma mudança. Daí acharmos ser o ansêio de Dewey — o seu método de projetos —, por todos os títulos o ideal em educação, ainda precoce para a nossa realidade, para o caso de querermos arejar as nossas rotinas de ideias novas e planos diferentes. Ainda é preciso muito tempo, muito livro, muita leitura para aceitarmos o fenômeno social de Dewey como o único que deva ser levado em conta na essência da vida de cada grupo, o único a ser focado, o único em função do qual se realize qualquer ansêio de educação. Pela complexidade da sua marcha, pelos fins que tem em vista, porque nascido num país em que se pressupõe uma vida fácil e uma mentalidade evoluída, seria precoce, extemporâneo e inoperante entre nós, que mal começamos a pensar em aceitar a necessidade de uma escola diferente, de uma escola progressiva. Eis por que achamos que para essa fase de transição, também um processo de transição se faz oportuno. E Decroly vem a propósito, Decroly é oportuno para a nossa finalidade, para a nossa fidelidade aos programas, para os nossos anseios enciclopédicos para a infância. Ele próprio dizia ter um grande respeito aos programas, uma preocupação constante com os pontos previstos; e comunicou ao seu sistema uma flexibilidade tal, que através dos centros de interesse, consegue-se às vêzes mais do que o que está predito no currículo.

Não dêsse modo fragmentado, forçado e anti-natural dos nossos horários, mas em encadeamento espontâneo, em que os assuntos brotem de algum motivo, em que as matérias não sejam impostas mas desejadas, sem essa separação das ciências em compartimentos herméticos, como se não fosse possível o trânsito, o

ponto de contato, a aproximação,
Pois, é o próprio Decroly quem afirma, "tudo dos centros de interesses está nos programas comuns"; o que há de diferença é o "laço entre as matérias", a relação de causalidade, os assuntos encadeados com motivação, e não por abstrações inúteis e artificiais, para não dizer nocivas. Uma vez que não podemos trans- formar os fins da educação, fazendo com que os assuntos nasçam de situações reais, passando abruptamente de um enciclopedismo estéril para um "vitalismo deweyano", que no nosso caso não seria fecundo porque prematuro, precisamos de buscar o método que se ajuste à era de mudança que atravessamos — desejo de melhorar, mas ainda o saudosismo — crença no passado e não no futuro — que nos amarra a preocupações desarrazoadas.

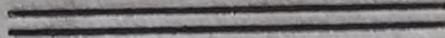
Decroly amparava-se nos programas e em tórno deles fazia girar o seu método. Isto, e também os passos formais que aconselha — (aberrantes, sem dúvida se tivermos a preocupação de segui-los em ordem inalterável) — "vestígios ainda da escola alemã de que se não pôde inteiramente desligar" — constituem os pontos mais visados pela crítica negativa à sua metodologia. É exatamente essa imperfeição o que vem permitir a sua aceitação entre nós.

São precisamente essas três fases do centro de interesse — a observação, a associação e a expressão — o que nos facilita aplicá-lo às nossas escolas, com os programas discriminados e os meios de pesquisa de que ainda dispomos. E' preciso sentir a necessidade de melhorar as horas da criança na escola, é preciso aproximar o quanto possível, a vida que ela vive, da vida da classe para que se não desenvolva no seu espírito essa ideia falsa de separação, esse divórcio de atividades, como se viver e estudar fossem realizações diferentes e incompatíveis.

Conquanto imperfeita, a obra de Decroly tem em vista esta grande verdade: nada se admite em educação nova que não parta de uma atividade interessada. E os centros ajustam-se aos interesses da infância, porque giram em tórno de motivos que estão de acôrdo com o egocentrismo dos primeiros anos. Enquanto para Dewey o fim da educação é socializar, para Decroly o fim é viver: para a criança é interessante tudo quanto se prenda à sua própria vida. Daí ter êle dividido o seu plano em dois grandes estádios: a) a criança e suas necessidades; b) a criança e suas intempéries, dos perigos, a necessidade de trabalhar, depois as relações com a família, a escola, a sociedade, os animais, as plantas", tudo isto poderá criar, originar, desenvolver centros de interesse valiosíssimos, onde poderão ser ventiladas todas as disciplinas do currículo. Não sob aquela seriação rígida de

são de pontos, cuja ordem não se possa alterar, mas de uma maneira natural, uma palestra prolongada e erudita, em que a inteligência se desenvolva sem esforço e a cultura se enriqueça em função de um desejo que esteja dentro da própria criança e não fora, como acontece quando ela é estimulada pelo interesse de triunfar nos exames.

Para nós é já um grande ideal, pois o melhor dêsses centros é poder acomodar-se dentro dos limites de um tanto de escola tradicional que ainda nos persegue.



PLANO DE ENSINO PROFISSIONAL RURAL

MANOEL BALTHAZAR PEREIRA DIÉGUES JUNIOR

Ocorre este ano de 1952, 29 de outubro, o primeiro centenario de nascimento de quem, toda a sua vida, se preocupou sempre com os problemas educacionais. Não foi simplesmente mestre, professor de aulas teóricas, transmissor de conhecimentos; foi, na realidade, um educador. Educador pelo que sabia transmitir e como transmitir, pelo que sabia tirar dos alunos, pelo que lhes impregnava de conhecimentos, de consciência, de dignidade. Um mestre em tudo e por tudo, de quem disse seu discipulo Carlos Porto Carrero, o emérito tradutor de Rostand, no necrológico que no "Jornal do Comércio", do Rio, escreveu quando de sua morte: "Era, antes de tudo, um educador. Pela palavra, pelos métodos, pelo exemplo, Diégues Júnior edificava espíritos".

Refiro-me a Manoel Baltazar Pereira Diégues Júnior, em quem o carinho filial que lhe devoto, se alia à admiração que lhe tributo. A muitos de seus discipulos, essa admiração igualmente se aliou àquele carinho, pois nêle viam um pai espiritual, pelos exemplos à formação moral que lhes proporcionava, pela maneira de ensinar, pela orientação que sabia imprimir aos seus alunos.

Alagoano, nascido na rua da Frente, depois rua da Praia, hoje rua Sá e Albuquerque, a educação nas Alagoas muito lhe deve. Se em Pernambuco iniciou sua vida de professor, lecionando ou dirigindo colégios como o Colégio Santa Genoveva, o Dois de Dezembro, a Escola Filotécnica em Maceió mais porfiadamente se entregou à formação das novas gerações, principalmente ao lado de Francisco Domingues da Silva, no Colégio Bom Jesus, e mais tarde no Liceu Alagoano, o hoje Colégio Estadual de Alagoas, como professor de Geografia.

Seu interesse pelos alunos levavá-o a compor e preparar os compêndios que lhes deviam cair às mãos. Seu "Curso de Língua Nacional — Gramática Elementar" (1876), seu "Compêndio de Geografia e Cosmografia" (1890), tiveram essa preocupação e esse destino; foram elaborados, com sentido didático, para seus alunos. Além disso, com êsses, participava de reuniões para discussão de assuntos literários ou científicos, formava círculos

de estudos, numa antecipação dos modernos métodos de mesas redondas ou de seminários.

Sua passagem pela Diretoria de Educação das Alagoas, cargo que ocupou por mais de uma vez, marcou-a com a criação da "Revista do Ensino", a primeira que houve nas Alagoas, com a organização do Instituto dos Professores (1886), e, sobretudo, com a fundação do Pedagogium (1891), "inovação, por desgraça efêmera, na nossa rotina escolar", salientou Aurino Maciel em discurso no Instituto Histórico, e cujo objetivo era discutir teses e práticas de interêsse direto e pertinente da instrução pública.

Em velhas páginas de "O Liberal", de 1878, encontrei em seu plano de ensino profissional, datado de 1877 e destinado ao Comício Agrícola do Quitunde e Jetituba, associação fundada por senhores de engenho e agricultores do norte da então Província, com fins do mais alto interêsse; a importância do Comício Agrícola tive ocasião de salientar em capítulo de "O Banguê nas Alagoas", não me parecendo necessário voltar agora a referir-me a êle.

O que se verifica dêste plano é antes de tudo, uma antecipação em principios e métodos pedagógicos, uma visão de conceitos educacionais, ainda hoje não aplicados, ou, se aplicados, só parcialmente. De fato, o plano de 1877 tem muita coisa ainda de oportuno, de necessário, de indispensável à formação dos educandos.

Ressalte-se que tendo sido elaborado para populações rurais, se verifica um esbôço da idéia de escola regional, tema consagrado pelos pedagogos modernos; além disso, o sentido de aplicação prática do estudo, não se restringindo à memorização dos textos ou de noções gerais, com os trabalhos de campo. "E' necessário que nelas (escolas) o ensino seja útil, e que os alunos lhe conheçam a utilidade" — afirmava no plano.

Não sei que melhor homenagem poderia prestar à "Revista do Ensino", acudindo ao convite do meu velho e prezado companheiro de ginásio Ib Gatto Falcão, a quem, em boa hora, foi entregue a direção da educação nas Alagoas, do que lhe enviar esta colaboração: o plano de ensino profissional rural. Trata-se de plano que, se em alguma coisa, está hoje superado, em outras, se não na sua maioria, se apresenta ainda — setenta e cinco anos depois — com oportunidade aproveitável.

Por outro lado é homenagem também para lembrar o centenário do grande educador alagoano, cujo nome se acha ligado a tantos empreendimentos educacionais e culturais, muitos dêles

pa Cucha Porto Ferreira as palavras com que fechou seu artigo celebrando o mestre: "Alagoas tem para com a memória do Plágio Junior uma dívida imensa, de que precisa desculpá-lo por meio de outras provas, mais justificativas e duradouras, de sua justa gratidão".

MANUEL DIEGUES JUNIOR

— PROGRAMA —

Desde que o desejo de me habilitar a ser útil aos meus lançou-me nas vias do magistério, tenho considerado no estado da pátria, no curso que seus negócios devem tomar e no papel reservado à instrução.

Desde então radicou-se-me a convicção, cada vez mais esclarecida, de que precisamos criar, a par das academias jurídicas, médicas e matemáticas, as academias industriais e profissionais. Uma boa parte de nossos estudantes de direito e medicina, que voltam da academia para seus engenhos e casas comerciais de seus pais, ali não foram senão buscar o título, que, na minha opinião, o governo devia querer mais difundido; muitas vezes buscam-no sem vocação, e até no firme propósito de não usar da carta.

Quanto não ganharíamos si o título se obtivesse em qualquer carreira a que se pode dedicar um homem? O filho do senhor de engenho, que tivesse de continuar a casa de seu pai, por que razão perderia seus cinco anos de estudo acadêmico, se achasse o diploma de bacharel do doutor com as mesmas vantagens na matéria de sua profissão?

E demais desçamos às classes menos favorecidas. Achassem elas escolas que as habilitassem ao trabalho, e que mesmo sob falta, estariam ocupados, e outros seriam arrastados na onda do exemplo, sendo, como é, incontestável que onde há mais trabalho ha menos caridade, e por conseguinte mais necessidade de trabalhar.

Na falta de iniciativa do governo bom será animar a iniciativa particular. E é bem de observar, a esta quero eu de preferência, mas com o regime tutelar em que fomos colonizados, regime que fez atrofiar o espirito público, bem ainda temos que aprender, antes que a permanência do sistema constitucional representativo nos ensine a pôr em atividade as forças da nação pelo movimento particular individual ou coletivo. O poder nunca dá que não peça, nunca dá pouco que não peça.

mens da atualidade, melhor inspirados, no poder ou fora dêle, fazem caminhar o país para êsse elaborar das fôrças particulares entregues à sua própria direção.

Ora, dois fins são propostos:

1.º Melhorar as condições do trabalho, ativando as fôrças produtoras para que a riqueza proporcione o bem estar;

2.º Instriuir os homens para o exercício dessa fôrça, quer para o exercício direto pelo ensino das artes e conhecimentos úteis, quer para o exercício indireto pelo ensino da moral social e direito político.

E' exatamente o que procura o Comício Agrícola do Quitunde e Jetituba. São seus fins: 1º estudar a cultura da terra e difundir o ensino dessa cultura; 2º experimentar os processos agrônômicos, instrumentos agrícolas, e aperfeiçoar a conservação e uso da sementeira; 3º regular os interêsses do salário e do trabalho; 4º promover a criação de meios de transporte.

O emprêgo dos processos agrônômicos e instrumentos agrícolas; o aperfeiçoamento da sementeira são que dependem do capital e da vontade, o que poderão bem realizar os dignos membros do Comício em seus próprios estabelecimentos. Mesmo regular o salário e o trabalho, promover o estabelecimento de meios de transportes, será cousa lenta mas só do entendimento do Comício.

O que não depende de sua fôrça, e onde lhe é necessário contar com os embaraços que a boa vontade, só, não pode vencer é na consecução do primeiro fim: o ensino. Não os adultos de hoje, já afeitos a essa vida indolente e mesquinha, que irão tomar parte de vosso empenho, e concorrer a vosso nobre e generoso reclamo. Por isso é preciso contar antes com a seguinte geração, e tomar os meninos de hoje para fazê-los prosélitos no futuro de nossas grandiosas idéias e humanitária emprêsa. Aos adultos facilitar, animar, haverá sempre proveito no empenho. Aos meninos arrancá-los à sorte atual, e prepará-los para prosseguir vossa propaganda.

E' aqui que entre meu parecer, apresentando-vos o que me tem ensinado a prática zelosa, já que não inteligente, para obedecer ao impulso do amor com que procuro servir aos interêsses do nosso país. Aos outros fins vossa prática saberão melhor prever. Sôbre êste vos peço permissão para levar à vossa consideração meu parecer sôbre o qual me prontifico a todos os estabelecimentos.

Limito-me a oferecer o programa que convém às escolas elementares para os meninos, sendo proveitosos para os adultos outros sistemas, de acôrdo com o que se pratica nos países mais adiantados.

As primeiras idades dos meninos devem ser aproveitadas para o ensino elementar de conhecimentos úteis que habilitem as diferentes profissões; e para os meninos que se têm de ocupar nas artes, nos officios, ou indústrias, é necessário habituá-los à prática do trabalho que hão de exercer.

A escola rural e profissional do Comércio Agrícola deve, pois, compreender o ensino intelectual, moral, físico e profissional.

O ensino intelectual constará de leitura, gramática, escrita e contabilidade.

A educação física constará de hygiene, exercícios ginásticos, medicina doméstica.

O ensino profissional constará: física, química, botânica, zoologia, geologia, como preparatórios, agricultura teórica e prática em seus ramos, e comércio.

A leitura ensinar-se-á aos alunos em todas as classes, dando-se aos mais adiantados livros que contenham trechos de obras importantes sobre artes, officios, politica, etc., como praticam os ingleses e norte-americanos, fazendo ler as obras de seus mais abalizados escritores, e fazendo-as entender.

Nós temos "A Província", de Tavares Bastos, "As Grandes Invenções", de Luiz Figueira, tradução, "Os varões illustres do Brasil", de Pereira da Silva, e uma obra recente sobre a plantação da cana em Cuba por um de nossos commissários em Filadélfia, além de muitas outras.

A gramática deverá começar nas classes principiantes, fazendo-se observar a construção das frases, os modos de falar correto e errado, e assim até que se faz necessário o compêndio, sem dar muita importância ao estudo das classificações, antes exigindo bem falar, entender o que se ouve ou lêr, saber redigir qualquer expressão do pensamento escrito ou oral.

A contabilidade deve compreender prática das quatro operações, sistema métrico e monetário, frações ordinárias e decimais, razões, proporções e outras regras que por elas se resolvem, e durante o curso todo se devem fazer aplicar as regras e problemas práticos.

A escrita deve compreender o ensino da formação de boas letras e desenho, linear principalmente.

A doutrina deve constar de princípios do cristianismo, sem exclusivismo, e preparando os espiritos para a tolerância religiosa, para o aumento da população. Prescindir do ensino religioso que fundamenta o ensino moral, será erro, e os princípios do cristianismo são comuns a todas as nações que podem merecer nossa atenção.

A moral ensinará os deveres do homem para consigo, para com os outros homens e para com Deus. A civildade ensinará as práticas que a etiqueta admite no trato. Este estudo se deve completar com o de Direito Criminal e com o de Direito Constitucional, ou explicação da constituição brasileira, cujos princípios é preciso fazer mesmo antes amar, que respeitar. Nada devem ter de científico para que não pareça excesso ou impossível na escola.

O ensino que concorre para a educação física será feito nos trabalhos do campo, e jogos ginásticos. De higiene, fisiologia, medicina doméstica terão mais adiante explicações em aula.

As ciências físicas e naturais preparatórias devem fazer um curso sucessivo; para os principiantes deve consistir em explicações dos fenômenos mais usuais, das principais propriedades dos corpos, por uma conversação em aula com os alunos. Nas classes mais adiantadas deve haver o ensino regular de física, química, botânica, zoologia, geologia, havendo cuidado em todo estudo de fazer ver sua utilidade prática; assim quando em física se trata das forças e do equilíbrio, faz-se ver sua aplicação na alavanca e na balança; quando se trata das árvores, mostram-se os produtos tirados delas, e o modo de tirá-los.

Em continuação vem o estudo da agricultura e seus consecutários, veterinária, máquinas agrícolas, etc.

Para os que se dedicam ao comércio haverá o ensino de escrituração dos livros, redação de recibos, cartas, contas e mais papéis comerciais.

O estudo de comércio e agricultura serão completados com o estudo das principais disposições de Direito Civil, comercial, e economia política aplicada ao objeto.

A escola deve ter anexo um terreno de plantação grande e regular, onde também os meninos se ocupam da cultura; seu trabalho mesmo lhes deve dar algum resultado tanto para seus regalos como para ajuda de vestir, livros, etc., habituando-se às regras econômicas. Sobre o produto dessa plantação chamo a atenção do ilustre Comício para criar um internato ou pensão que possa facilitar a frequência da escola aos meninos que moram a léguas distantes dela.

Em continuação êste programa pode ser ampliado com geometria, geografia e outros conhecimentos que o adiantamento dos alunos fará compreender necessários.

Atualmente o trabalho se poderá fazer assim:

Até 9 horas da manhã, trabalho de cultura no campo;

De 9 às 10, almoço e descanso;

De 10 às 12 ensino de aula;

De 12 às 12 e meia, descanso;

De 2 e meia às 4, jantar e descanso;

De 4 às 6, trabalho de cultura no campo.

As classes serão divididas conforme a prática indicar, podendo ser três somente. Nas classes atuais gastar-se-á por dia;

1/2 hora para escrita;

1 hora para leitura;

1/2 hora para gramática;

1 hora para contabilidade;

1 hora para ciências físicas e naturais, agricultura, comércio, etc.

2 horas por semana se tiram uma em leitura, outra em ciências físicas, para ensino moral;

2 horas por semana se podem tirar de escrita para desenho linear.

O ensino deve ser graduado pelo adiantamento dos alunos.

O pessoal deve constar de: um administrador dos trabalhos rurais, homem que os conheça, ao menos praticamente, e que seja hábil; professores para o ensino intelectual, conforme o número exigido, lembrando para isso a boa vontade dos membros do Comício, prestando-se gratuitamente.

Os alunos mais adiantados e conceituados são de muito auxílio para o ensino dos menores, e para a inspeção do serviço.

A manutenção da escola deverá ser feita por patrimônio constituído de donativos, subscrições, festas em que se promovam aquisições de pequenos óbulos dos assistentes, exposições de objetos oferecidos, tendo-se muito em vista o produto do terreno cultivado pela escola, tanto pelos alunos, como por trabalhadoras assalariadas. Logo que possa a escola deve ter anexa porém independente, uma pensão onde morem os alunos de longe, que não podem concorrer diáriamente à escola. Tanto uma como outra, embora distintas, devem estar sob a imediata inspeção do Comício. O terreno para cultura deve também ser esperado da generosidade dos proprietários que não são alheios aos interesses do país.

Os professores que na localidade não se encontrem, será possível contratar aqui, na escola normal, onde se ensinam todas as matérias que a escola do Comício pode precisar.

Os livros que devem ser poucos por agora, obter-se-ão à medida que forem necessários; e desde já ponho à disposição do Comício, para a escola, por êste programa criada, compêndios de gramática de minha composição, e de física, química e agricultura adotados aqui na escola normal, todos em número que segundo as indicações do Comício marcarei. De Zoologia Botânica e Geologia tratarei de ver dos que tenho em mãos os mais práticos e melhores.

Os meninos assim preparados dos 7 aos 14, 15 ou mesmo 16 anos não podem deixar de ser ótimos trabalhadores, e com o cuidado que lhes facilita a vida, constituindo-se suas famílias, serão cuidados delas, e estreitarão êsses laços domésticos tão relacionados entre nós.

As escolas como estão constituídas nada aproveitam. E' necessário que nelas o ensino seja útil, e que os alunos lhe conheçam a utilidade; por meninos não deixam de pensar, nem sua vontade deixa de amoldar-se às idéias que lhes preocupem a inteligência.

O caráter do professor deve ser o de um homem respeitável e ao mesmo tempo amável, instruidor e moralista; ilustrado, honesto, justo, e perfeitamente conhecedor do espírito da infância em que inacula suas idéias e caráter; já pelo contacto, já pelos modos, já por conferências sôbre negócios de vida humana e têrmos ao alcance de sua compreensão.

O verdadeiro caminho para operar a felicidade do país não é reformar as instituições políticas, é preparar o caráter dos homens, e o primeiro elemento é desenvolver a riqueza que se repartindo por todos traz o bem estar, o trabalho aumenta a produção e diminui o circulo dos ociosos, perigo terrível nas sociedades, restringe o pauperismo causa da muita indiferença e dos muitos crimes, quando fôr diferente o espírito da população, e diferentes seus hábitos, as instituições caducas cairão por terra, faltando o apoio, sendo certo que os governos se fazem segundo o caráter dos povos, como diz um profundo publicista.

Enquanto o Comício Agrícola tão dignamente procura realizar essa aspiração do século em que a riqueza ativa e ilustrada promete danosa existência ao homem, eu por minha parte vou como posso empenhando minhas fôrças para que vá a educação tomando o caminho que à nossa cara pátria convém. E todos os homens de bom parecer esforcem-se por demover o governo a tornar mais práticas, e meios úteis, e mais profícuas suas reformas e correspondendo a seus louváveis empenhos; será isso muito melhor que entorpecê-lo, lançando-lhe por toda parte embaraços.

Folgarei que conseguido êsse intento dêle possa gozar logo o Comício Agrícola, que primeiro trabalhou.

Pernambuco, 20 de maio de 1877.

Os meninos assim preparados dos 7 aos 14, 15 ou mesmo 16 anos não podem deixar de ser ótimos trabalhadores, e com ocupação que lhes facilita a vida, constituindo-se suas famílias, serão cuidados delas, e estreitarão êsses laços domésticos tão relaxados entre nós.

As escolas como estão constituídas nada aproveitam. E' necessário que nelas o ensino seja útil, e que os alunos lhe conheçam a utilidade; por meninos não deixam de pensar, nem sua vontade deixa de amoldar-se às idéias que lhes preocupem a inteligência.

O caráter do professor deve ser o de um homem respeitável, e ao mesmo tempo amável, instruidor e moralista; ilustrado, honesto, justo, e perfeitamente conhecedor do espírito da infância, em que inculca suas idéias e caráter; já pelo contacto, já pelos modos, já por conferências sôbre negócios de vida humana em têrmos ao alcance de sua compreensão.

O verdadeiro caminho para operar a felicidade do país não é reformar as instituições políticas, é preparar o caráter dos homens, e o primeiro elemento é desenvolver a riqueza que se reparando por todos traz o bem estar, o trabalho aumenta a produção, e diminuí o circulo dos ociosos, perigo terrível nas sociedades, e restringe o pauperismo causa da muita indiferença e dos muitos crimes, quando fôr diferente o espírito da população, e diferentes seus hábitos, as instituições caducas cairão por terra, faltas de apôio, sendo certo que os governos se fazem segundo o caráter dos povos, como diz um profundo publicista.

Enquanto o Comício Agrícola tão dignamente procura realizar essa aspiração do século em que a riqueza ativa e ilustrada promete danosa existência ao homem, eu por minha parte vou como posso empenhando minhas fôrças para que vá a educação tomando o caminho que à nossa cara pátria convém. E todos os homens de bom parecer esforcem-se por demover o govêrno a tornar mais práticas, e meios úteis, e mais profícuas suas reformas e correspondendo a seus louváveis empenhos; será isso muito melhor que entorpecê-lo, lançando-lhe por toda parte embaraços.

Folgarei que conseguido êsse intento dêle possa gozar logo o Comício Agrícola, que primeiro trabalhou.

Pernambuco, 20 de maio de 1877.

FINALIDADES E INSTITUIÇÕES DA ESCOLA PRIMÁRIA RURAL

ROBERVAL POMPÍLIO NOGUEIRA CARDOSO

Técnico de Educação Rural

SUMÁRIO

- I. Objetivos da educação rural.
- II. Finalidades da escola primária rural.
 1. Cultura geral.
 2. Cultura complementar.
 3. Cultura social.
- III. Instituições escolares.
 1. Objetivos.
 2. Dependências.
- IV. Conclusões.

FINALIDADES E INSTITUIÇÕES DA ESCOLA PRIMÁRIA RURAL

Linn Smith, no seu "Curso Rápido de Sociologia Rural", dado no Ministério da Agricultura, afirmava que o grau de evolução de uma sociedade é determinado pela predominância da vida que leva essa sociedade em torno da igreja, da família ou da escola, localizando, nas Américas, os agrupamentos estadunidenses e canadenses na terceira etapa, como os mais evoluídos.

No nosso país, onde no meio rural praticamente só existem escolas primárias, sendo raras as secundárias, o papel da escola primária rural, como centro social das comunidades, núcleo renovador e impulsionador para uma vida melhor, é incontestavelmente o mais importante no seio da vida rural brasileira.

I. OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO RURAL

Antes de penetrarmos no vasto campo das finalidades da Escola Primária Rural, convém esclarecer o que compreendemos por educação em geral, educação democrática e educação rural.

xando assim bem definidos os princípios em que se escudam fins e meios comentados neste trabalho.

Educação é a série de processos que pomos à disposição das gerações presentes para que tomem conhecimento do que foi realizado pelas gerações passadas, e, acrescentando-lhes novas experiências ou omitindo o que fôr inadequado e obsoleto, possamos entregar as gerações futuras um mundo cada vez melhor.

Julgam uns que êsse “mundo melhor” pode ser atingido através das instituições estatais que, moldando os indivíduos de uma sociedade, os padronizam de acôrdo com uma estrutura pre-estabelecida, anulando-lhes a personalidade. É a **educação formal, autocrática** ou, em têrmos modernos, **totalitária**.

De outro lado, êsse “mundo melhor” é realmente atingido através da “consciência do eu” que, respeitando a personalidade, visa preparar cada indivíduo de per si, dando a todos uma justa noção de sociabilidade e de liberdade, tornando-os, assim, capazes de criar instituições que lhes proporcionem e assegurem um estado melhor. É a **educação democrática**.

Educação rural é aquela que, baseada em princípios democráticos, pleiteia elevar o nível de vida do homem rural ao do homem urbano, sem prejuízo, porém, de certos e determinados valores morais e sociais imprescindíveis ao sadio metabolismo da vida nacional e que tão claramente caracterizam o campesino, como sejam: o espírito conservador, o senso de objetividade, o amor à família e o respeito à tradição religiosa.

São objetivos da educação rural, em sua árdua campanha:

1. Dar instrução — alfabetização e cultura geral.
2. Dar educação complementar especializada — processos racionais para vencer o meio físico.
3. Dar educação social — ajustamento social democrático, higiene mental, capacidade de defesa econômica, alegria de viver, unidade nacional.
4. Fixar o homem ao solo — consequência dos objetivos anteriores.

Fácil, pois, será deduzir que a finalidade máxima da educação rural é a fixação do homem ao solo e mesmo provocar o retôrno ao seu **habitat** de imigrado dos campos, diminuindo, destarte, o pêso morto das cidades. Resultará, daí, o equilíbrio da vida e da economia da nação servida por estimável parcela de população rural **educada**. Dêsse modo, teremos sòlidamente organizado ótimo meio rural, capaz de criar um estável mercado interno consumidor da produção industrial do País, pelo oferecimento de matéria prima a essa indústria, em quantidade, qualidade e preço,

nestes termos, contribuído para a construção da harmonia da vida nacional.

II. FINALIDADES DA ESCOLA PRIMÁRIA RURAL

Estabelecido o que vem a ser educação rural e seus grandes objetivos, podemos enumerar com precisão as finalidades da escola primária rural.

1 — Cultura Geral, compreendendo:

- a) Alfabetização (ler
(escrever
(contar
- b) Cultura geral primária (português
(aritmética
(geografia
(história pátria e regional
(ciências naturais aplicadas
(desenho
(língua estrangeira (zona de
(fronteira ou de imigração)

2 — Cultura complementar, compreendendo:

- a) Proteção dos recursos naturais (solo
(florestas
(águas
(fauna útil
- b) Noções práticas sôbre o cultivo racional das plantas que interessam à região.
- c) Noções práticas sôbre o cuidado racional com os animais que interessam à região.
- d) Noções práticas sôbre o aproveitamento da produção e artesanato caseiro.
- e) Noções práticas sôbre higiene e pronto socorro, humano e animal.

3 — Cultura social, compreendendo:

- a) Defesa econômica (cooperativa escolar
(banco escolar

- (educação social
- (educação cívica
- b) Ajustamento social (
 - (educação política
 - (educação religiosa
- (excursionismo
- (tertúlias escolares
- (teatro de bonecos e de pessoas
- (festas dançantes
- c) Hábito de recreação (
 - (festas esportivas
 - (festas tradicionais
 - (orientação recreativa
 - (rádio e cinema
- d) Nacionalização (em zona de fronteira ou de
 - (imigração

1 — CULTURA GERAL

A cultura geral visa aparelhar o indivíduo para um franco entendimento com os demais membros da sociedade humana, em todos assuntos de caráter geral.

Para o meio rural, deve ter em mira essa cultura, não só proporcionar entendimento entre os homens, mas capacitar o rural a aplicá-la com objetividade e levá-lo a descobrir o belo, o útil e o econômico que o cerca, em defesa de sua comunidade, e por isso mesmo entrosado com os outros tipos de cultura apontados.

O objetivo só poderá ser atingido com ampla liberdade didática e uma programação de matérias traçadas dentro dos problemas rurais e não, como presentemente dentro dos problemas urbanos.

O português, deve ensinar a língua, mas incluir o que de “prata de lei” ainda existe na bôca do sertanejo e transmitir aos seus filhos, mostrando que nem tudo que pronuncia o povo é errado e mesmo para manter característicos de linguagem de cada região.

A aritmética, se escudará numa larga aplicação prática, em que seus problemas vão armados com dados reais, obtidos da vida pastoril, agrícola ou extrativa da região.

A geografia, além de dar uma notícia geral sôbre o mundo, deve cuidar predominantemente, do estudo de geografia econômica da região (nível elementar).

A história, abandonando excessos de datas e de nomes de per-

sonalidades, contará a biografia da pátria, de modo sucinto, e se demorará na história econômica e no folclore da região.

As ciências naturais devem aproveitar o propício meio rural para dar um máximo de objetividade ao ensino, através das excursões, do clube agrícola e dos fenômenos relacionados com a vida rural.

O **desenho**, precisa ser ministrado como matéria de larga aplicação, em todos os trabalhos escolares, convindo que os modelos sejam obtidos do meio rural de modo a contribuir para criar um sentido do belo na criança, mas com finalidade prática, como apresentamos no trabalho "O ensino do desenho na escola rural".

A **língua estrangeira**, será necessária nas escolas situadas em zona de imigração, de fronteira ou de população indígena para dar aos menores "brasileiros" um vocabulário mínimo da língua estranha, facilitando o contacto das duas raças, para mais fácil assimilação do estrangeiro e do selvícola, e melhor cultivo da boa vizinhança.

2 — CULTURA COMPLEMENTAR

A cultura complementar visa, desde logo, dar uma consciência real do meio em que vive a criança e iniciá-la na conquista, defesa e aproveitamento racional desse meio. Para ministrar tal conhecimento, obriga-se a Escola Rural a realizar, na área do estabelecimento, ou em acôrdo com os pais dos alunos, em seus terrenos, divulgações práticas de técnica agro-pastoril elementar.

A **proteção dos recursos naturais** é campanha primordial. A vida rural depende do solo, das florestas, das águas e da fauna útil; combater a erosão é manter fertilidade; defender ou plantar florestas é garantir equilíbrio climático, combustível e abrigo do homem e seus animais; assegurar os cursos d'água é ter vida vegetal e animal, lavoura e criação; proteger a fauna útil é ter caça e pesca, é diminuir as pragas da lavoura pelo aumento da parasada.

As **noções práticas sôbre culturas e criações** procuram criar a certeza de que a terra é fonte de produção, de garantia de subsistência e de renda, além de conferir um respeito mais real pelas plantas e pelos animais. A finalidade psico-social dos trabalhos agrícolas na escola rural brasileira, levando o menor a "pegar na terra e nos animais", é conduzi-lo insensivelmente a perder o complexo de que é portadora a nossa gente, que acredita ser o trabalho manual e, principalmente, o agrícola, deprimente, por ter sido exclusivo do negro escravo.

A **prática elementar da conservação da produção** cria um espírito de previdência.

tando a repetição, tão comum entre nós, de um dia de fartura indigesta, seguido do outro de carência. Além disto, aliada essa prática de indústria caseira ao artesanato primário, mostra as possibilidades que há no meio rural de se conseguir outras fontes de renda que não seja apenas a terra, proporcionando o cultivo do belo, enchendo de alegria a alma e de bem estar a vida.

As noções práticas sôbre higiene e pronto socorro têm o escôpo de suprir no possível essa falta de assistência médico-sanitária de nosso meio rural, levando o menino de hoje e homem de amanhã a se defender das hostilidades do meio ambiente, não sômente a si, mas também seus animais, bem como atender os companheiros de vida em casos de acidentes, comumente banais, mas secundariamente graves pela ignorância total de como atendêlos. Os tabús, as superstições e mesmo as chantagens que sofre o rural, encontram aqui seu antídoto.

3 — CULTURA SOCIAL

A cultura social oferecerá uma aprendizagem destinada a proporcionar, dentro de ambiente campesino, uma vida mais elevada, sentimento de nacionalidade, alegria social, orientação econômica, enfim ser uma sementeira de futuros cidadãos, ciosos da forma democrática em que vivem.

A **defesa econômica**, ministrada através da cooperativa escolar agrícola ou do banco escolar, pretende formar futuros membros de cooperativas agrícolas, único processo legal e democrático capaz de livrar o rural da ganância esmagadora dos intermediários e evitar a evasão da economia agrária para os meios urbanos. É preciso criar espírito cooperativista na massa brasileira, sem o que não poderemos esperar nada do cooperativismo.

O **ajustamento social** procura despertar um aprimorado espírito de cooperação, de compreensão e de tolerância, dentro da escola, para depois se transbordar dentro da família e, quando adulto e ajustado, dentro da sociedade. No meio rural onde, ao contrário das cidades, não existe uma série de instituições condicionadoras dos bons hábitos e onde os insignificantes fatos, pela sua raridade, tomam a grandeza das montanhas, êsse ajustamento voluntário é muito mais necessário que nos grandes agrupamentos urbanos. Para obter êsse desiderato necessário é que a escola seja ativa, sinceramente democrática e eclética. O que ela pode fazer na formação de indivíduos que sabem respeitar o voto, exigir a verdade eleitoral e ter tolerância religiosa e político-partidária é de inestimável valor para a recuperação do sertanejo e do sertão.

O hábito d recreação, que a escola deve criar, tem a finalida-

rural jogos e brinquedos adequados, educativos e possíveis no seu lugar de residência, enchendo-lhe as tristes horas de folga com atividades sadias. Esse hábito, incorporado à criança e ao adolescente, permanecerá no adulto e de certo modo, indiretamente, a escola criará "mestres de recreação" que levarão aos menores agrupamentos do sertão processos de alegria para as horas de lazer e dos longos períodos de chuvas.

E' através desta área de atividades escolares que podemos re-haver, estimular e divulgar o que de belo tem o meio rural em suas músicas, poesias folclore, artes aplicadas e tudo mais que faz daquêle meio a verdadeira fisionomia característica da Pátria.

Quanto ao cinema e rádio, são, sem dúvida alguma, dois poderosos elementos educacionais, mas convém que sejam submetidos à cuidadosa orientação para que tenham valor pedagógico e não sejam veículos de propaganda para o aumento do êxodo rural, como tem sido, em grande parte. E' preciso criar o rádio e cinema sinceramente rurais.

Como êstes dois processos recreativos dependem de corrente elétrica e, no nosso meio rural, ela beneficia apenas 20% de sua população, o teatro, em tôdas modalidades, é e será por longo tempo um dos grandes fatôres de cultura.

A **nacionalização** deve ser função precípua da escola situada em zona de imigração estrangeira, de fronteira ou de população indígena. E não se trata apenas de **nacionalizar** a população infantil matriculada, mas também influenciar nesse sentido sôbre o resto da comunidade. Convém lembrar que a escola terá que ser nacionalizante, mas nunca nacionalista.

III — INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Para que a escola possa cumprir suas finalidades essenciais deverá manter as seguintes instituições e dependências:

Clube agrícola;

Cooperativa agrícola escolar;

Grupo escoteiro ou de bandeirantes;

Pelotão de saúde;

Clube recreativo-desportivo;

Clube de reforma do lar;

Circulo de paes e professoras;

Centro social rural;

Biblioteca;

Museu escolar agrícola;

Oficinas;

Culturas: horta, pomar, jardim;

Criações: aviária;

1. OBJETIVOS

Quanto mais capacidade tiver a escola para socializar os indivíduos que por ela passam, maior é o seu valor no seio da comunidade a que serve. Por isso mesmo, no meio rural, onde os contatos sociais são em menor número, é necessário que a escola rural cultive uma elevada vida associativa, oferecendo um vasto número de oportunidades aos seus alunos para a prática de um bom ajustamento social.

Reunindo indivíduos em torno de um ou de vários interesses, debatendo problemas e agindo em conjunto para vencer êsses problemas, criando espírito de cooperação e de cooperativismo, os grêmios para menores, na escola primária rural, procuram aparelhar os jovens, sob uma forma recreativa, para que haja um mínimo de desajustamento, quando passarem da vida escolar para a batalha da vida real.

Apreciemos as finalidades dessas instituições:

a) **Clube agrícola** — E', sem dúvida, o grêmio mais interessante para a infância rural, visando:

- I — criar espírito ruralista;
- II — capacitar que a terra é fonte de renda;
- III — demonstrar que "unidos venceremos";
- IV — iniciar a criança na compreensão de certos problemas rurais (reflorestamento, adubação, combate à erosão e às pragas, etc.);
- V — abastecer, em parte, com generos alimentícios, a cantina escolar;
- VI — despertar a vontade de se fixar ao meio rural;
- VII — dignificar o trabalho manual.

b) **Cooperativa agrícola escolar** — A finalidade máxima deste grêmio, ao contrário do que se pensa, não é propriamente fazer cooperativismo, mas, indiretamente:

- I — desenvolver espírito de cooperação, característica, mais acentuada na rural que no citadino;
- II — estimular o hábito de defender interesses comuns;
- III — iniciar no cumprimento de obrigações contratuais;
- IV — ser pontual no pagamento de importâncias devidas (quotas-partes);
- V — prover seus associados de material didático e para trabalhos manuais;
- VI — aparelhar a escola para que possa cumprir sua missão educativa, além de seus muros;

no post-escolar.

c) **Grupo escoteiro e companhia de bandeirantes** — Sendo o escotismo e bandeirantismo um processo educacional, fruto da experiência da vida rural de Baden Powell e Lord Cecil, é por isso mesmo um grêmio de alto rendimento cultural para a infância e juventude campesina, representando inestimáveis elementos de combate a esse tempo perdido, monótono e tristonho que se esgota em tórno da nossa criança rural, que se julga pobre de brinquedos e locais de recreação.

Visam êstes grêmios, de elevada formação moral:

- I — criar sincero amor e respeito ao próximo;
- II — desenvolver o espírito de iniciativa;
- III — cultivar uma mentalidade democrática;
- IV — formar uma mentalidade cívica e não ufanismo poético;
- V — preparar futuros pais e mães, capazes de constituírem famílias felizes e fortes;
- VI — encher de vivacidade sadia a infância e a juventude rural.

d) **Pelotão de saúde** — A entidade obriga-se a uma prática permanente de fiscalização sanitária na escola e mesmo na casa dos alunos, por intermédio dos próprios alunos, realizando para isso as seguintes atividades:

- I — manter a higiene da escola e suas dependências;
- II — conduzir os colegas à prática de limpeza pessoal;
- III — liderar movimentos de medidas profiláticas contra endemias ou epidemias;
- IV — auxiliar o cumprimento de medidas dos serviços de defesa sanitária animal e vegetal;
- V — prestar socorro de urgência aos colegas, à família, vizinhos e mesmo aos pequenos animais.

e) **Clube recreativo-desportivo** — Além das atividades comuns aos clubes juvenis dêste gênero nas cidades, como danças de salão, desportos modernos, jogos atléticos, turismo etc., no meio rural, êste clube visa:

- I — praticar jogos e danças tradicionais do meio em que está a escola;
- II — realizar exercícios ginásticos e atléticos que venham desenvolver agilidades próprias às fainas de que futuramente se ocuparão os alunos, na região;
- III — realizar teatro de bonecos e de pessoas no mais possível com recursos folclóricos, intelectuais e materiais da região;
- IV — construir e divulgar brinquedos típicos rurais e introduzir novos brinquedos;

VII — incentivar a economia, a previdência, e o cooperativismo post-escolar.

c) Grupo escoteiro e companhias de bandeirantes — Sendo o escotismo e bandeirantismo um processo educacional, fruto da experiência da vida rural de Baden Powell e Lord Cecil, é por isso mesmo um grêmio de alto rendimento cultural para a infância e juventude campestre, representando inestimáveis elementos de combate a esse tempo perdido, monótono e tristonho que se esgota em torno da nossa criança rural, que se julga pobre de brinquedos e locais de recreação.

Visam estes grêmios, de elevada formação moral:

- I — criar sincero amor e respeito ao próximo;
- II — desenvolver o espírito de iniciativa;
- III — cultivar uma mentalidade democrática;
- IV — formar uma mentalidade cívica e não ufanismo poético;
- V — preparar futuros pais e mães, capazes de constituírem famílias felizes e fortes;
- VI — encher de vivacidade sadia a infância e a juventude rural.

d) Pelotão de saúde — A entidade obriga-se a uma prática permanente de fiscalização sanitária na escola e mesmo na casa dos alunos, por intermédio dos próprios alunos, realizando para isso as seguintes atividades:

- I — manter a higiene da escola e suas dependências;
- II — conduzir os colegas à prática de limpeza pessoal;
- III — lutar movimentos de medidas profiláticas contra endemias ou epidemias;
- IV — auxiliar o cumprimento de medidas dos serviços de defesa sanitária animal e vegetal;
- V — prestar socorro de urgência aos colegas, à família, vizinhos e mesmo aos pequenos animais.

e) Clube recreativo-desportivo — Além das atividades comuns aos clubes juvenis deste gênero nas cidades, como danças de salão, desportos modernos, jogos atléticos, turismo etc., no meio rural, este clube visa:

- I — praticar jogos e danças tradicionais do meio em que está a escola;
- II — realizar exercícios ginásticos e atléticos que venham desenvolver agiliidades próprias às faixas de que futuramente se ocuparão os alunos, na região;
- III — realizar centro de bonecos e de pessoas no mais possível com recursos folclóricos, intelectuais e materiais da região;
- IV — construir e divulgar brinquedos típicos rurais e introduzir novos brinquedos;

V — organizar festas cívicas litero-musicais e outras enaltecedoras da vida rural;

VI — propagar os processos de defesa das matas e das águas e praticar racionalmente a caça e a pesca.

Todas as actividades relacionadas não visam apenas divertir mas dar oportunidades de reunião e conseqüentemente o mestre avaliar o comportamento de cada um em relação ao grupo e do grupo em relação a modalidade da festividade.

g) **Clube de reforma do lar** — É uma agremiação que reúne principalmente as meninas e moças dentro de um espírito de cooperação, com a finalidade de aproveitar no máximo todo material sobrando e mesmo tido como imprestável, com êle construindo uma infinidade de objetos úteis e interessantes para embelezar a casa rural e mesmo para constituir fonte de renda, em benefício da escola e dos seus associados.

Dentro do mesmo espírito de boa vontade, as agremiadas se iniciam na arte de preparar alimentos, salgados e doces, tendo-se em vista os pratos tradicionais da região e a matéria prima dela aproveitável para alimentação. Noções de puericultura, corte e costura, concursos de limpeza e de arrumação da casa completam as actividades deste setor escolar.

h) **Círculo de pais e professores** — É o traço de união no meio exterior com a escola. Ele procura interessar os adultos responsáveis pelo pequeno escolar rural, não só quanto à sua formação intelectual, mas também com relação à educação em geral, destacando-se desta formação rural, com trabalhos leves de lavoura, e criação racionais e que devem ser tidos como indispensáveis e não recebidos como vexatórios, na constante frase do ruralista ao professor — "Meu filho não veio para a escola para trabalhar".

Conquistar a participação dos adultos nos trabalhos pesados da escola (preparação do solo, valas de irrigação e drenagem, construção de cercas, transportes de materiais pesados etc. e a prontificação em cedermos terrenos para práticas agro-pastoris, bem como destinados à abertura de campos de desportos, festas escolares, etc., afirma que a vitória da associação está definida.

i) **Centro Social Escolar** — As instituições citadas podem funcionar isoladas ou combinadas, de acordo com as possibilidades dos grupos juvenis. Entretanto, todos êles podem ser movimentados com uma concentração de recursos materiais e administrativos e portanto, com muito melhor rendimento de colaboração e eficiência se agrupados em uma única entidade — o "Centro Social Escolar".

Esta forma associativa, constituída de uma diretoria, terá de nomear para o serviço de cada setor especializado

V — organizar festas cívicas litero-musicais e outras enaltecedoras da vida rural;

VI — propagar os processos de defesa das matas e das águas e praticar racionalmente a caça e a pesca.

Tôdas as atividades relacionadas não visam apenas divertir, mas dar oportunidades de reunião e conseqüentemente o mestre orientar o comportamento de cada um em relação ao grupo e do grupo em relação a modalidade da festividade.

f) **Clube de reforma do lar** — É uma agremiação que reúne principalmente as meninas e moças dentro de um espírito de co-operação, com a finalidade de aproveitar no máximo todo material sobrando e mesmo tido como imprestável, com êle construindo uma infinidade de objetos úteis e interessantes para embelezar a casa rural e mesmo para constituir fonte de renda, em benefício da escola e dos seus associados.

Dentro do mesmo espírito de boa vontade, as agremiadas se iniciarão na arte de preparar alimentos, salgados e doces, tendo-se em vista os pratos tradicionais da região e a matéria prima dela aproveitável para alimentação. Noções de puericultura, corte e costura, concursos de limpeza e de arrumação da casa completam as atividades dêste setor escolar.

g) **Círculo de pais e professores** — É o traço de união no meio exterior com a escola. Êle procura interessar os adultos responsáveis pelo pequeno escolar rural, não só quanto à sua formação intelectual, mas também com relação à educação em geral, destacando-se desta formação rural, com trabalhos leves de lavoura, e criação racionais e que devem ser tidos como indispensáveis e não recebidos como vexatórios, na constante frase do ruralista ao professor — "Meu filho não veio para a escola para trabalhar".

Conseguir a participação dos adultos nos trabalhos pesados da escola (preparação do solo, valas de irrigação e drenagem, construção de cercas, transportes de materiais pesados etc. e a prontificação em cederem terrenos para práticas agro-pastoris, bem como destinados à abertura de campos de desportos, festas escolares, etc.), afirma que a vitória da associação está definida.

h) **Centro Social Escolar** — As instituições citadas podem funcionar isoladas ou combinadas, de acôrdo com as possibilidades dos grupos juvenis. Entretanto, todos êles podem ser movimentados com uma concentração de recursos materiais e administrativos e, portanto, com muito melhor rendimento de colaboração e eficiência se agrupados em uma única entidade — o "Centro Social Escolar".

Esta forma associativa, constituída de uma diretoria, terá ainda um corpo de diretores a serviço de cada setor especializado

(diretor social, diretor desportivo, diretor do Clube Agrícola, diretor de Economia Doméstica, etc.).

A possibilidade que têm os alunos de verem a eficiência de uma agremiação que reúne tôdas as atividades sociais possíveis prepara-os para participarem dos "centros sociais rurais", hoje já tão preconizados para colaborar no alevantamento das massas rurais, assunto de que tratamos em trabalho publicado pelo Ministério da Agricultura.

2. DEPENDÊNCIAS

Em qualquer emprêsa, parte de suas atividades dependem apenas do aparelhamento do **corpo pessoal**, mas, à medida que suas atividades exigem objetividade para alcançarem determinada meta, o aparelhamento do **corpo material** cresce.

Na escola rural, com uma modalidade de ensino que solicita rica aplicação prática, é preciso armar o núcleo educacional com uma série de dependências mínimas. Não levamos, entretanto, êsse aparelhamento ao nível reclamado por uma escola profissional agrícola, mesmo de padrão primário; ao contrário, olhemos a escola rural como ela é e pode ser dentro dos nossos recursos financeiros e compreendamos que a expressão "dependências da escola rural", tem significado especial, não passando a maioria delas de um canto da sala de aulas, de um armário ou de uma simples prateleira.

A organização que possam ter para o fim em mira, a vitalidade que lhe emprestarão professores, alunos e mesmo os vizinhos, poderão fazer dêsses recantos de trabalho, apreciáveis institutos.

a) **Biblioteca** — Deve ser organizada não sòmente para servir o corpo de alunos, mas estar de tal modo aparelhada que seja uma fonte de consultas e de recreio para a gente rural, mesmo analfabeta.

Além dos livros e revistas escolares e de assuntos que interessam às atividades econômicas e sanitárias da região, devem ainda ter em suas estantes:

- I — cartazes sugestivos de interêsse geral;
- II — catálogos e preços de artigos relacionados com as atividades regionais;
- III — projetos de construções rurais, desenhos de móveis e utensílios domésticos e agrícolas, simples e rústicos mas que elevam a vida do rural;
- IV — arte popular: música, peças de teatro, desenhos para trabalhos domésticos, etc. (Ver "O Ensino de Desenho na Escola Rural", do autor, publicado pelo Ministério da Agricultura);

V — horários de transportes, custo de fretes e passagens, impostos, taxas e demais informações que possam servir à resolução dos problemas econômicos do camponio.

b) Museu Agrícola Escolar — Coletando e arrumando racionalmente tudo que produzir o corpo de aluno se mais aquilo que representa o distrito escolar em toda sua cultura, visa não só para com os alunos, mas também para com os adultos, criar espírito de observação, de ordenação racional, e civismo consciente, com o mostruário das possibilidades do meio em que vive e da pátria a que pertence ou adotou.

Como estabelecemos no trabalho "Museu Agrícola Escolar", publicado pelo Ministério da Agricultura, estes museus devem encerrar as seguintes coleções:

- I — educação artística e geral;
- II — economia rural;
- III — história natural agrícola;
- IV — engenharia rural;
- V — história local;
- VI — geografia agrícola e geral.

O museu escolar não se restringe aos armários existentes na sala de aulas, mas se estende pelas áreas da escola e mesmo além onde se puder colocar uma taboleta classificadora ou apenas um número correspondente à ficha descritiva, arquivada no estabelecimento.

c) Oficinas — Num recanto de sala, ou melhor, sob um alpendre, uma mesa forte e ferramentas mínimas para trabalhos ligeiros em madeira, lataria, cerâmica e aproveitamento de refugos, constituem as "oficinas".

Facilitemos o uso dessas oficinas, não só aos alunos e não apenas durante o horário escolar, mas permitamos e estimulemos que menores e adultos as procurem nas horas de lazer, possibilitando o cultivo de espíritos criadores com a construção dos mais variados objetos para os mais variados fins.

d) Área das atividades agro-pastoris — Para que realmente exista possibilidade de serem realizados trabalhos que ruralizem a escola rural, ela deve dispor, além do espaço ocupado com o prédio escolar, casa do professor, pátio de recreio e jogos, uma área mínima de um hectare (10,000m²).

Completarão as construções: a) um galpão para guarda do material agrícola e depósito de produções; b) galinheiro; c) ripário; d) pocilga; e) estábulo ou aprisco; f) tanque para piscicultura; g) coelheira; h) apiário.

Estas construções variam de acordo com as atividades de cada região, devendo haver a preocupação com os materiais da localidade, a-

presentando rusticidade, mas racionalização. É criminoso ver-se nos dias de agora a construção de "escolas rurais", onde os alunos não dispõem de uma área para um canteiro de couve.

c) Culturas — Como já esclarecemos, a Escola Rural não é uma escola agrícola e por isso suas culturas são meros exemplos, não devendo, entretanto, perder um sentido econômico e racional.

O bosque natural ou plantado deve cobrir no mínimo 25% da área total, fornecendo local de recreação, combustível e material para cercas, construções rústicas e trabalhos manuais.

O jardim, além de ornamental, será mais comercial quanto mais a escola estiver na área de um bom mercado de flores.

O pomar, onde não devem faltar os citrus e as bananas, se estenderá pelas cercas vivas com espécies que produzam frutos alimentícios, para mais farta e variada merenda.

A horta deve produzir, ao menos, para oferecer produtos a uma sopa escolar rica e nutritiva.

O aviário, povoado com galinhas do tipo misto (carne e ovo), deve ser capaz de fornecer ovos diariamente e uma ave **semanalmente** para a cozinha da escola.

f) Cozinha-aula — Precisa se aparelhar, mesmo com material improvisado para preparar indústrias rurais caseiras, aproveitando o que produz a escola ou que se encontra sem preço na casa dos pais dos alunos.

g) Indústrias extrativas — Nas regiões típicas de extrativismo, a escola precisa dar conhecimento aos alunos da produção-chave local, realizando mesmo em mínima escala, o aproveitamento do produto que a natureza oferece ao homem, naquela paragem.

IV. CONCLUSÕES

I — A Educação Rural visa capacitar o homem rural e atingir um nível de vida igual ao homem da cidade, sem, entretanto, perder certos valores próprios do rurícola e que devem ser mantidos, para perpetuação da nacionalidade.

II — A Escola Primária Rural possui algumas finalidades distintas das da escola primária urbana, precisando por isso mesmo uma programação apropriada e de um aparelhamento mínimo para o cumprimento dessa programação.

III — A vida associativa escolar deve ser muito intensa na escola rural, para suprir a rarefação dos contactos, própria do meio.

IV — A área disponível de uma escola rural, para trabalhos de campo, não pode ser inferior a um hectare.

V — As instalações agro-pastoris de...

racionalização e baixo custo, como exemplo capaz de ser imitado pelos vizinhos.

VI — A escola rural deve ser o centro social da comunidade a que serve, precisando para isso que o professor seja um líder democrata, o que só se obterá com professorado devidamente instruído, perfeitamente ambientado e justamente indenizado do seu isolamento, desconforto e da complexa tarefa a desempenhar.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA
UNIDADES "MATERIAL DIDÁTICO, NO CURSO DE
FÉRIAS, REALIBADO EM MACEIÓ, EM
JANEIRO DE 1952

Senhor Diretor:

Sendo designada para colaborar no Curso de Férias para Professores Primários, organizado pela Inspectora Federal Maria Hermínia Lins da Rosa Oiticica e realizado em Maceió, sob os auspícios da Diretoria de Educação do Estado de Alagoas, passo a relatar os trabalhos por mim executados e o que me foi possível observar.

Inicialmente, não poderia eu deixar de louvar uma obra tão digna de encômios como a do Dr. Ib Gatto Falcão que, no desempenho de seu alto cargo de Diretor de Educação, procurou incluir, entre as suas primeiras realizações, a organização de um Curso de Férias, atendendo assim às reais necessidades do ensino primário em seu Estado.

De acôrdo com a estruturação do Curso, que em outra oportunidade se tornará mais proveitoso, se organizado em articulação com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, coube-me considerar a unidade denominada "Material Didático".

Seguindo outro sistema que não o adotado pela direção do curso, tendo em vista particularmente às necessidades do ensino, agrupei em turmas os professores-alunos, cujo número se elevou a quase 300, o que determinou fosse o trabalho de aulas distribuído por cerca de 4 horas diárias.

As aulas versaram sobre os seguintes assuntos: Problemas gerais da educação brasileira (aula inaugural); Características psicológicas da criança; Material didático: Conceito, processos para preparo e emprêgo; A metodologia e o material didático; Princípios básicos da metodologia da geografia, história e ciências naturais e higiene; O museu escolar: conceito e organização; A Biblioteca: conceito e organização; O Cinema, seu emprêgo como auxiliar educativo; Metodologia da leitura, linguagem oral e escrita e da matemática.

No desenvolvimento das aulas foi tomado o espírito da escola nova como orientação metodológica geral, ressaltando-se portanto: a educação como instrumento formador da personalidade da criança, no sentido de ajustá-la ao ambiente físico e social e não como simples meio de instrução; a necessidade da concretização e objetivação do ensino; a exigência da motivação e interesse na aprendizagem; os problemas de homogeneização de classe, educação profissional e orientação vocacional; o valor dos trabalhos manuais como meio de expressão individual e elemento disciplinador da vontade; formas de impedir a evasão escolar; etc.

As leituras foram empregadas e preconizadas largamente, sendo apresentadas indicações bibliográficas relativas à Metodologia geral, Metodologia especial das diversas matérias do currículo primário e ainda relativas às Instituições complementares da escola.

Atendendo a pedidos de vários professores-alunos sobre a carência de material didático em suas escolas, foi elaborada uma especificação do que se julgou imprescindível, trazendo a mesma a assinatura de todos os interessados e sendo apresentada ao Diretor de Educação, no encerramento do curso.

Aproveitando os trabalhos preparados durante as aulas, organizou-se um Museu Escolar, que foi inaugurado pelo Sr. Secretário do Interior, com a presença do Sr. Diretor de Educação, Sr. Diretor do Instituto de Educação e de outras pessoas de destaque na sociedade alagoana.

Considerando que, no Estado de Alagoas as aulas de Trabalhos Manuais são ministradas por professoras profissionais (diplomadas por cursos profissionais) e não pelas professoras de letras, como são chamadas as demais, e que aquelas não acorreram em grande número ao Curso de Férias, o Museu constou, quase exclusivamente, de material destinado à motivação e fixação de aprendizagem, a exemplo do que se segue:

1 — Para leitura e linguagem

Cubos com palavras, para formação e leitura de frases; quadros desenhados ou com gravuras, para linguagem oral; "víspora" com palavras e figuras, para leitura; "pescaria", para leitura de palavras; etc.

2 — Para matemática

Caixas de cálculo; árvore de cálculo; contador mecânico; discos coloridos para o ensino de razões quadros de equivalência de frações; "víspora", para numeração e operações fundamentais; casas de vilas e relógios para o estudo de algarismos romanos; etc.

3 — Para geografia

com mapa do Estado de Alagoas, jogos com etc. do Estado de Alagoas, com re-

lêvo do solo e cidades principais, confeccionada com massa de jornais usados; baralho geográfico para localização específica das capitais brasileiras; jôgo para reconhecimento das características dos acidentes geográficos; etc.

4 — Para história

Os "cofres dos séculos" onde os alunos, em situação de jôgo, depositarão fichas com nomes de personagens históricas, relacionados com o século especificado fora da caixa; o "dominó histórico", para fixação de fatos históricos e dos nomes dos personagens, com êles relacionados; quadros de homens célebres do Brasil; baralho histórico, para fixação dos principais vultos da história pátria; maquete de uma taba indígena; a senhora de engenho; etc.

5 — Para ciências naturais e higiene

Quadro mural do esqueleto humano (desenhado por uma professôra); quadros de produtos animais e vegetais; cartazes sobre preceitos alimentares; baralhos de frutos e pássaros do Brasil; coleção de insetos; um exemplar de gato anormal, com 3 cabeças, em formol; quadro da germinação; quadros da fauna brasileira; amostras de minerais; etc.

O Museu contou ainda com uma secção, onde foram expostas as publicações do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, os livros e o material didático oferecidos também pelo Instituto, à Diretoria de Educação do Estado de Alagoas.

Não se tornou possível fazer exhibições cinematográficas durante o curso, pela falta de películas relacionadas com os assuntos tratados.

Como resultado das tarefas de classe, um grupo de professôres-alunos preparou, com bastante carinho, uma Cartilha para leitura na primeira série, a qual não pode ser devidamente considerada em classe por ter sido apresentada com muito atraso.

No decorrer do curso, foram realizados estudos em seminário, comentários de leituras feitas, debates, etc. e, para encerrar o mesmo, fez-se uma prova objetiva, envolvendo 30 questões sob a forma de testes de tipos variados, como de escolha-múltipla, de pares, certo ou errado com justificativa e de lacunas. Os resultados dessa prova foram satisfatórios, apresentando a distribuição de frequência de acôrdo com a curva normal.

Esperando ter correspondido a missão que me foi confiada, subscrevo-me agradecida.

Dinah Martins de Souza Campos
Técnico de Educação

PROGRAMA DO ENSINO PRIMÁRIO

O presente programa aprovado pelo Conselho Estadual de Educação e elaborado por uma comissão constituída das eficientes professoras D. Fernandina Malta de Souza, Afra Barros Monteiro e Alice Sales corresponde a uma necessidade e esperamos seja elemento útil ao normal desenvolvimento dos trabalhos escolares. Atualizado, harmônicamente distribuídas suas matérias e, o que é principal, ajustado ao nosso meio e às possibilidades de nossos escolares vem substituir o velho programa de 1937, elaborado pelo signatário e Fernandina Malta de Souza e que se constituiu a primeira experiência de ensino globalizado entre nós. 15 anos após cabe-nos, por singular coincidência, mais uma vez dedicar os nossos esforços a um assunto de tão elevada importância.

Nada mais fizemos do que prestar o nosso contributo e a nossa colaboração à renovação escolar que se processa em nossos dias.

Atingimos, o quanto nos foi possível, a realidade concreta, observando as dificuldades, vendo os benefícios, considerando tudo para que tenha a máxima eficiência o novo programa do ensino primário nas Alagoas.

IB GATTO FALCÃO



1ª SÉRIE DO CURSO ELEMENTAR

LINGUAGEM

1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver nas crianças a capacidade de expressão oral.
- Incentivar o interesse dos alunos pelas histórias e poesias adequadas ao seu nível de desenvolvimento.
- Dotar os alunos das técnicas fundamentais da leitura e da escrita.
- Formar nas crianças a atitude de procurar sempre compreender o sentido do que lêem e copiam.
- Despertar nos educandos a preocupação de escrever corretamente.

2. SUMÁRIO DA MATÉRIA

A — Língua Oral

1 — Leitura:

- a) Leitura oral expressiva e comentada, de frases, contos, fábulas e textos ligados a assuntos, relacionados aos demais conhecimentos apreendidos na série, utilizando-se, para isso, quadro negro, cartazes, revistas, cartilhas e livros adequados à série;
- b) Exercícios iniciais de leitura silenciosa, importando na execução de pequenas ordens;
- c) Leitura silenciosa, em cartilhas e livros adequados à série, controlada a compreensão por questionários orais e escritos;
- d) Leitura, oral e silenciosa, em caracteres de imprensa e manuscrito.

2 — Expressão oral:

- a) Organização de frases com liberdade de forma (exercícios que levem o aluno a dar informações orais, em sentença simples sobre fatos de vida cotidiana ou sobre contos e histórias do seu conhecimento);
- b) Organização de frase com certo controle de forma (dar uma palavra ou palavras para a formação oral de sentença);
- c) Narração de fatos, filmes, cenas, etc. a que a criança tenha assistido;
- d) Reprodução de histórias, contadas em aula;
- e) Dramatização de histórias, fábulas, etc.;
- f) Transmissão de ordens e recados.

B — Língua Escrita

- 1 — Cópia, em manuscrito, de modelos dados em caracteres de imprensa e manuscrito;
- 2 — Cópia de palavras e sentenças empregados nos exercícios de leitura;
- 3 — Ditado de palavras, frases soltas e frases ligadas pelo sentido.

4 — Redação:

- a) Organização de pequenas frases;
- b) Completar frases já iniciadas;
- c) Redação de pedidos curtos ou ordens;
- d) Organização de sentenças à vista de estampas ou desenhos;
- e) Organizações de listas, róis, etc.;
- f) Organização de pequenas histórias, ilustradas com desenhos ou recortes;
- g) Organização de livro de classe.

C — Noções Gramaticais

- 1 — Letras maiúsculas e minúsculas.
- 2 — Conhecimento das vogais e das consoantes.
- 3 — Uso da letra maiúscula em nomes próprios e no início das sentenças.
- 4 — Conhecimento do número de sílabas de uma palavra.
- 5 — O grupo vocálico na palavra.
- 6 — O grupo consonantal na palavra.
- 7 — Acento agudo e circunflexo.
- 8 — Uso do til e da cedilha.
- 9 — Ponto final, de interrogação e exclamação.
- 10 — Uso da vírgula e ponto vírgula.
- 11 — Ensino do nome (sem preocupação de definições).
- 12 — Nomes próprios e comuns.
- 13 — Conhecimento do masculino e do feminino.
- 14 — Noção de singular e plural.
- 15 — Diminutivo e aumentativo.
- 16 — Sinônimos e antônimos.

MATEMÁTICA

1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

— Corrigir e desenvolver os conhecimentos de ordem matemática possuídos pelas crianças, ao ingressarem na escola.

— Iniciar os alunos nas técnicas das operações fundamentais, habituando-os a executar os cálculos com exatidão, ordem, clareza e rapidez compatíveis com o seu grau de desenvolvimento.

— Dar às crianças as primeiras noções da moeda brasileira.

— Capacitar os alunos a resolver problemas simples, — iniciando-os na formação de hábitos básicos: exame prévio de situação apresentada nos problemas, disposição adequada da solução escrita e verificação dos resultados.

2. SUMÁRIO DA MATÉRIA

A — Aritmética

- 1 — Noção de unidade e coleção.
- 2 — Noção de tamanho e de quantidade: maior, menor, igual, muito, pouco.
- 3 — Noção de distância: perto e longe.
- 4 — Noção de posição: em cima, em baixo, à frente, atrás, ao lado (esquerdo e direito).
- 5 — Noção de ordem numérica crescente e decrescente.

- dem crescente e decrescente.
- 7 — O símbolo zero indicando ausência de unidade ou de quantidade.
 - 8 — Representação gráfica e leitura dos números até 50.
 - 9 — Contagem de 2 em 2 até 100. Ordem crescente e decrescente.
 - 10 — Composição e decomposição de coleções.
 - 11 — Coleções de 10 objetos — dezena. Formação de dezenas consequentes, pelo agrupamento, de objetos de 10 em 10; ordem crescente e decrescente, até 50.
 - 12 — Coleções de 10, 20, 30, 40 e 50; formação de 10 em 10.
 - 13 — Formação de números compreendidos entre duas dezenas consecutivas até 50.
 - 14 — Coleções de 12 objetos — dúzia.
 - 15 — A soma. Conhecimento do sinal $+$ e de igualdade. Estudo na Carta de Parker.
 - 16 — A subtração. Conhecimento do sinal $-$ — Estudo pela Carta de Parker.
 - 17 — A multiplicação. Sinal \times (vezes). Estudo pela Carta de Parker.
 - 18 — Noção de número par: contagem, 2 em 2, de 5 em 5, etc. até 100.
 - 19 — Noção de número ímpar, contagem até 99, de 2 em 2. Ordem crescente e decrescente.
 - 20 — Noção de metade e dôbro. Algarismos romanos até 12.
 - 21 — O relógio e as horas.
 - 22 — Dias da semana. Calendário.
 - 23 — Conhecimento prático de moedas. O cruzeiro e suas divisões. Noção de trôco.

B — Geometria

Reconhecimento da esfera, do cubo e do cilindro. Representação gráfica. Comparação de objetos com essas formas.

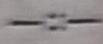
CONHECIMENTOS GERAIS

A — Geografia e História

- 1 — O meio familiar; o aluno, nascimento, criação e ocupação.
Família — pais, avós, irmãos, tios, etc. Vínculos familiares.
A escola: a classe, os colégios, os professores, o patrono, o fundador.
A sede da escola: as ruas, praças e bairros. Percurso da casa à escola.
- 2 — Meios de transporte.
- 3 — As férias.
- 4 — As grandes datas nacionais e de Alagoas.
- 5 — Nomes do prefeito, do governador do Estado e do Presidente da República.
- 6 — Conhecimento da Bandeira Nacional (pelas cores)

B — Ciências Físicas e Naturais

- 1 — Animais e plantas como seres vivos. Animais que têm ossos e animais que não têm ossos. Animais que têm pés e animais que não têm pés.
- 2 — Partes das plantas.
- 3 — Plantas amigas.
- 4 — Animais úteis.
- 5 — Animais nocivos.
- 6 — O corpo humano: suas partes. A boca, o nariz, os olhos e os ouvidos encarados sob o ponto de vista das funções; cuidados que requerem.
- 7 — Fontes de luz. O sol. A chuva. Calor e frio.
- 8 — Dia e noite.
- 9 — Nascente e poente — A lua e as estrelas.
- 10 — Norte e Sul.
- 11 — O ar e a água.
- 12 — Ontem, hoje e amanhã.
- 13 — Alimentação e vestuário.



CURSO ELEMENTAR

1ª SÉRIE

1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver a capacidade de expressão oral e escrita das crianças.
- Incentivar, nos alunos, o gosto pela leitura de livros de literatura infantil, adequados a seu desenvolvimento.
- Fixar as técnicas de leitura e escrita.
- Cultivar, nas crianças, a atitude de procurar sempre interpretar o que leem.
- Desenvolver o desejo de escrever corretamente.

2. SUMÁRIO DA MATÉRIA

LINGUAGEM

A — Linguagem oral

1 — Leitura:

- a) Leitura expressiva e comentada de frases, contos, fábulas ou trechos ligados a assuntos relacionados aos demais conhecimentos, utilizando-se para

issa, de quadro negro, cartazes, revistas e livros adequados à série. Resumo oral ou resposta a questionários escritos, muito simples, para verificar o domínio do trecho lido;

b) Leitura silenciosa de pequenos trechos, associados ou não à gravuras, com resposta oral ou escrita;

c) Leitura em prosa e em verso;

d) Explicação sôbre o sentido das palavras e expressões encontradas na leitura, tendo em vista a compreensão e o enriquecimento do vocabulário.

2 — Expressão oral:

a) Composição oral de sentenças curtas e fáceis, ligadas entre si pelo sentido, à vista de estampas simples, ou a respeito de cenas, filmes, etc., a que a criança tenha assistido;

b) Reprodução de histórias, fábulas, etc., contadas em aula;

c) Redação oral de recados simples, agradecimentos, saudações, solicitações diversas, etc.;

d) Dramatização de histórias, fábulas, etc.;

e) Organização de frases rimadas.

B — Linguagem Escrita

1— Cópia de trechos, em prosa e verso, cujo sentido, seja do perfeito conhecimento da criança.

2— Ditado de trechos e historietas, previamente estudados, cujo sentido seja do perfeito conhecimento da criança. Ditado sôbre assuntos de interêsse da classe.

3 — Redação:

a) Formação de sentenças, utilizando elementos dados (palavras, expressões ou gravuras);

b) Formação de sentenças, curtas e fáceis ligadas entre si, pelo sentido à vista de estampas simples ou a respeito de cenas, etc.;

c) Modificação de frases, flexionando, em gênero e número (nomes, pronomes ou qualidades);

d) Redação de bilhetes simples (tratamento — você); pequeninas histórias ou fatos. Registro de notas e observações de interêsse para os trabalhos de classe.

C — Noções Gramaticas

1 — Alfabeto.

2 — Vogais e consoantes.

3 — Sílabas.

- 4 — Separação de sílabas.
- 5 — Sílabas tônicas.
- 6 — Grupos vocálicos.
- 7 — Grupos consonantais.
- 8 — Acento agudo e circunflexo.
- 9 — Til e cedilha.
- 10 — Emprego correto do ponto final, de interrogação e de exclamação.
- 11 — Vírgula e ponto e vírgula.
- 12 — Nomes próprios e comuns.
- 13 — Emprego da inicial maiúscula.
- 14 — Gênero e número dos nomes.
- 15 — Graus dos nomes em casos simples.
- 16 — Antônimos.
- 17 — Sinônimos.
- 18 — Qualidades dos nomes.
- 19 — Concordância das qualidades com os nomes.
- 20 — Pronomes pessoais.
- 21 — Palavras que exprimem ação, Noção de verbo.
- 22 — Palavras que rimam.
- 23 — Abreviaturas.

MATEMÁTICA

1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

— Fixar e ampliar as noções aritméticas e geométricas adquiridas na 1ª série.

— Desenvolver a técnica das operações fundamentais, iniciando os alunos nas combinações de multiplicação e divisão.

— Levar as crianças a formar hábitos de exatidão, ordem e clareza na execução dos cálculos, de acôrdo com o seu grau de desenvolvimento.

— Iniciar a criança no uso do sistema métrico.

— Ampliar a capacidade de resolver problemas compatíveis com os interesses e necessidades infantís, desenvolvendo os hábitos da análise prévia dos problemas, arranjo sistemático da solução escrita e verificação dos resultados.

2. SUMÁRIO DA MATÉRIA

A — Aritmética

- 1 — Conhecimento do valor dos números e contagem até 1000. Ordem crescente e decrescente.
- 2 — Representação e leitura de algarismos romanos.
- 3 — Organizar e completar séries de 2 em 2, 5 em 5, 10 em 10 e 100 em 100, em ordem crescente e decrescente até 1000.

- 4 — Conhecer números pares e ímpares entre 1 e 1000. (Reconhecimento pela terminação).
- 5 — Adição com reserva. Cálculos indicados e armados em colunas.
- 6 — Subtração com recurso à ordem superior. Cálculos indicados e dispostos em colunas.
- 7 — Multiplicação com multiplicador simples, com reserva para a ordem seguinte e com zero intercalado. Sinal e nomenclatura.
- 8 — Noção de dôbro, tríplo, quádruplo e quántuplo.
- 9 — Multiplicação por 10, 100 e 1000.
- 10 — Noção de divisão. Divisão por números simples. (Dividendo igual ou inferior a 1000). Sinal e nomenclatura. Cálculos indicados e armados.
- 11 — Pequenas igualdades e expressões simples em que figurem adição, subtração e multiplicação, envolvendo números inferiores a 20.
- 12 — Noção de fração. Representação gráfica de metade, terça, quarta, quinta — décima e centésima parte, sob forma fracionária.
- 13 — Leitura de horas, meias horas, quarto de horas e minutos.
- 14 — Representação gráfica do cruzeiro. Conhecimento prático do centavo, dez, vinte e cinquenta centavos. Conhecimento de nossas diferentes moedas e da relação entre elas. Trôco.
- 15 — Resolução de pequenos problemas, orais e escritos, até duas operações dentro das noções aprendidas (análise oral); explicação resumida, por escrito, dos cálculos efetuados; resposta).

B — Geometria

- 1 — Reconhecimento e representação gráfica da esfera, do ovoide, do cilindro, do cubo e do cone.
- 2 — Superfícies planas e curvas, por observação de corpos conhecidos; bolas, frutas, caixas, etc.
- 3 — Quadrado e retângulo — reconhecimento e representação gráfica.
- 4 — Linha reta e curva; traçado.
- 5 — Linha horizontal, vertical e inclinada; traçado.

CONHECIMENTOS GERAIS

A — Geografia e História

- 1 — O Bairro. Ruas, praças, jardins e monumentos. Principais edifícios. Tráfego e trânsito. Acidentes físicos.
- 2 — Acidentes físicos: montanhas, rios, lagos, mar, ilhas, cabos e portos.
- 3 — Situação da escola e da casa do aluno no bairro.
- 4 — Pontos cardinais: orientação pelo nascer do sol e pelo Cruzeiro do Sul.

- 6 — Principais serviços públicos da cidade: correio, telégrafo, limpeza pública, abastecimento d'água, assistência, bombeiros, etc. Outros serviços de utilidade pública: telefone, gás e eletricidade.
- 7 — Noções sobre a extensão do Brasil — conhecimentos do mapa do Brasil; principais cidades do Brasil e de Alagoas.
- 8 — Meios de comunicação: estradas de ferro e de rodagem. Meios de condução e transportes atuais e antigos.
- 9 — O trabalho humano. Principais profissões.
- 10 — A terra e o Sol: forma e movimento da Terra. Movimento de rotação: — o dia e a noite. As quatro estações do ano: características de cada uma (sem precisão de datas).
- 11 — Descobrimento do Brasil: 22 de abril. As datas de 22 de abril e 3 de maio de 1500. Os indígenas: noções sobre os costumes indígenas.
- 12 — O Brasil depois do descobrimento: as fazendas, o senhor e a casa grande; o escravo e as senzalas; os engenhos. Abolição da escravidão.
- 13 — A fundação de Maceió. Município, sua história, população, comércio e indústria. Limites, acidentes geográficos, área, comunicação com municípios limítrofes.
- 14 — As datas históricas do Brasil 21 e 22 de abril, 7 de setembro, 12 de outubro, 15 e 19 de novembro. (Simples explicação dos fatos a que se relacionam).
- 15 — A Bandeira e o Hino Nacional. Significação das cores da Bandeira Nacional.
- 16 — Noção do govêrno e autoridade. O Govêrno. O Prefeito e a Prefeitura.

Ciências Naturais e Higiene

- 1 — O homem: partes do corpo humano (cabeça, tronco e membros); esqueleto e músculos. Órgãos dos sentidos.
- 2 — Higiene do corpo: limpeza do corpo; os exercícios físicos e os banhos do sol. Higiene do vestuário e da alimentação.
- 3 — O sol e o ar indispensáveis à vida. Fontes de luz e calor. Iluminação e insolamento. Iluminação natural e artificial. Iluminação elétrica e iluminação interior à luz elétrica.
- 4 — Animais domésticos e selvagens; úteis e nocivos; características. Animais vertebrados e invertebrados; características.
- 5 — Germinação: evolução da planta. Partes do vegetal completo. Função da raiz, do caule, das folhas e dos frutos. Diferenças de porte.
- 6 — Plantas úteis e nocivas. Raízes, folhas e caules alimentícios.
- 7 — Alimentos de origem animal, vegetal e mineral. Higiene da alimentação.
- 8 — A água como substância indispensável à vida. Água potável, fervida e filtrada. Possibilidade de transmissão de moléstias.

9 — O tempo: dia, hora, semana, mês e ano. Conhecimento perfeito da sequência dos meses do ano.

—::—

CURSO ELEMENTAR

3ª SÉRIE

1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

— Enriquecer o vocabulário das crianças, desenvolvendo-lhes a capacidade de expressão oral e escrita.

— Incentivar o interesse pela boa literatura infantil e pela leitura da material variado, treinando os alunos no uso da leitura para informação.

— Aperfeiçoar os educandos nas técnicas de leitura escrita, desenvolvendo-lhes o hábito da interpretação correta do que leem e do emprêgo das boas normas de apresentação do trabalho escrito.

— Levar as crianças à indução de certas noções gramaticais e regras simples de ortografia, capacitando-as a corrigir seus próprios erros.

2. SUMÁRIO DA MATÉRIA

A — Linguagem oral

1 — Leitura:

a) Leitura corrente, com clareza de articulação e expressiva, em prosa e verso, com interpretação oral do trecho lido, utilizando-se, para isso, revistas, jornais e livros adequados à série.

b) Leitura silenciosa de trechos, em prosa e verso, em revistas e jornais e em livros adequados à série, cuja interpretação seja verificada por meio de respostas orais ou escritas;

c) Explicação sôbre o sentido de palavras e expressões encontradas na leitura, tendo em vista a compreensão e o enriquecimento do vocabulário;

d) Uso de índice, questionários e vocabulários dos livros.

2 — Expressão oral:

a) Exposição de fatos e narrações de cenas a que a criança tenha presenciado;

b) Redação oral de recados, agradecimentos, saudações, solicitações;

c) Reprodução de histórias e fábulas, lidas ou narradas pelos próprios alunos ou pelo professor;

d) Dramatizações de histórias, fábulas, cenas da vida real, etc.

e) Recitação de pequenos trechos em prosa ou verso, cujo sentido seja perfeitamente conhecido dos alunos.

B — Linguagem Escrita

- 1 — Cópia de trechos, em prosa e verso, lidos e comentados.
- 2 — Cópia com sentido de utilização: tomar apontamento, notas etc.
- 3 — Ditado de trechos e historietas previamente estudadas, cujo sentido seja do perfeito conhecimento da criança.

3 — Redação:

- a) Bilhetes e cartas (tratamento — você e senhor);
- b) Organização de sentenças utilizando elementos dados (palavras, expressões ou gravuras);
- c) Reprodução de trechos lidos (histórias, fábulas);
- d) Narrações de ceias, festas e fatos assistidos pelo aluno; diálogos;
- e) Organização de histórias com elementos dados;
- f) Preparo de listas de feira; de programas para festividades; de relações e assentamentos referentes à vida da classe;
- g) Pequenas descrições à vista de gravuras;
- h) Início do jornal de classe.

C — Noções Gramaticais

- 1 — Alfabeto; conhecimento perfeito da sequência das letras do alfabeto. Sílabas. Classificação das palavras quanto ao número de sílabas. Divisão correta das palavras em sílaba.
- 2 — Grupos vocálicos. Grupos consonantais.
- 3 — Substantivo: próprio, comum, simples, composto, coletivo (coletivos mais usados na linguagem corrente).
- 4 — Adjetivo: estudo sumário dos qualificativos e determinativos. Concordância com o substantivo.
- 5 — Pronomes pessoais. Emprêgo da variação pronominal, 3ª pessoa: lhe, e a se (singular e plural).
- 6 — Emprêgo da vírgula, ponto e vírgula, dois pontos e o do travessão nos diálogos. (Exercícios de pontuação).
- 7 — Verbo de predicação completa e incompleta.
- 8 — Distinção de nomes, qualidades e ação.
- 9 — A sentença o nome e a ação. Concordância da ação com o nome.
- 10 — Acento tônico. Classificação das palavras quanto ao acento tônico.
- 11 — Gênero, número e grau das qualidades.
- 12 — Conjugação dos verbos regulares no presente, pretérito perfeito e futuro do indicativo. (Primeiramente empregando em frases pelo sentido, depois sistematizado).

- 13 — Tempos e modos dos verbos.
- 14 — Verbos auxiliares.
- 15 — Antônimos e sinônimos.
- 16 — Derivação de palavras.
- 17 — Destacar, na frase em exercício oral e escrito, os elementos gramaticais conhecidos (nome, pronome pessoal, qualidade e ação).

MATEMÁTICA

1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

— Desenvolver as noções de aritmética e geometria adquiridas pelas crianças nas séries anteriores.

— Levar os alunos efetuar com exatidão, ordem, clareza e rapidez as quatro operações com inteiros e decimais, dentro dos limites compatíveis com o seu grau de desenvolvimento.

— Iniciar as crianças no estudo das frações ordinárias.

— Ampliar os conhecimentos relativos às medidas de comprimento, capacidade, massa e tempo.

— Desenvolver a capacidade de resolver problemas, fixando os hábitos de análise prévia, planejamento, execução, arranjo sistemático da solução e verificação dos resultados.

2. SUMÁRIO DA MATÉRIA

A — Aritméticas

- 1 — Numeração.
- 2 — Conhecimento do valor dos números e contagem de 1 a 1.000.000.
- 3 — Representação gráfica e leitura dos números até 1.000.000.
- 4 — Ampliação do princípio básico da numeração decimal. Noção de milhão. Composição e decomposição de números.
- 5 — Adição e subtração. Prova real.
- 6 — Multiplicação com multiplicador composto. Multiplicação por 10, e seus múltiplos.
- 7 — Números pares e ímpares.
- 8 — Divisão com divisor simples e composto. Sinal e nomenclatura da divisão. Divisão por 10 e seus múltiplos.
- 9 — Números divisíveis por 2, 3, 5, 9 e 10.
- 10 — Números romanos. Representação e leitura. Sua aplicação.
- 11 — Expressões em que figurem de 3 a 4 operações sobre inteiros, sem parênteses e sem chaves, envolvendo números inferiores a 100.
- 12 — Frações: representação, leitura, escrita e nomes dos termos.
- 13 — Fração ordinária: adição e subtração de fração ordinária homogênea.
- 14 — Comparação de frações ordinárias homogêneas. Equivalença de frações ordinárias.

- 15 — Frações decimais. Representação e leitura das frações decimais — Números decimais.
- 16 — Noções de décimo, centésimo, milésimo (concretamente).
- 17 — Adição e subtração de números decimais.
- 18 — Multiplicação e divisão de números decimais. Movimentos da vírgula.
- 19 — Multiplicação e divisão de números decimais por 10, 100, 1000. Diferença entre números decimais e frações decimais.
- 20 — Problemas e questões práticas.
- 21 — Metro: Múltiplos e submúltiplos. Representação gráfica e abreviatura.
- 22 — Litro: múltiplo e submúltiplo. Representação gráfica e abreviatura.
- 23 — Gramo: múltiplo e submúltiplo. Representação gráfica e abreviatura.
- 24 — Problemas e questões práticas sobre as medidas de comprimento, capacidade e peso.
- 25 — Medidas de tempo. Ano, mês (semestre, trimestre), semana, dia, hora ($1/4$, $3/4$, $1/3$ de hora), minuto e segundo. Problemas e questões práticas.
- 26 — Sistema monetário brasileiro. Estudo do Cruzeiro. Moedas e cédulas. Cálculo oral e escrito sobre ordenado, compra, venda, troco. Problemas e questões práticas.

B — Geometria

- 1 — Superfícies planas e curvas; comparação de corpos de forma esférica, ovoide, cúbica, cilíndrica e cônica.
- 2 — Comparação do cubo com o paralelepípedo e retângulo: a forma das faces; quadro e retângulo; base, face, vértice e aresta. Representação gráfica.
- 3 — Ângulos: reto agudo e obtuso (sem referência a graus). Representação gráfica.
- 4 — Linhas — paralelas, convergentes, divergentes, transversais e perpendiculares. Representação gráfica. Uso de régua, do compasso e do esquadro; posições da linha reta.

CONHECIMENTOS GERAIS

A — Geografia

1 — Alagoas

a) Localização do Município da escola no mapa do Estado.

b) Localização do Estado de Alagoas no mapa do Brasil. Estados limítimos.

- 15 — Frações decimais. Representação e leitura das frações decimais — Números decimais.
- 16 — Noções de décimo, centésimo, milésimo (concretamente).
- 17 — Adição e subtração de números decimais.
- 18 — Multiplicação e divisão de números decimais. Movimentos da vírgula.
- 19 — Multiplicação e divisão de números decimais por 10, 100, 1000. Diferença entre números decimais e frações decimais.
- 20 — Problemas e questões práticas.
- 21 — Metro: Múltiplos e submúltiplos. Representação gráfica e abreviatura.
- 22 — Litro: múltiplo e submúltiplo. Representação gráfica e abreviatura.
- 23 — Gramo: múltiplo e submúltiplo. Representação gráfica e abreviatura.
- 24 — Problemas e questões práticas sobre as medidas de comprimento, capacidade e peso.
- 25 — Medidas de tempo. Ano, mês (semestre, trimestre), semana, dia, hora, ($1/4$, $3/4$, $1/3$ de hora), minuto e segundo. Problemas e questões práticas.
- 26 — Sistema monetário brasileiro. Estudo do Cruzeiro. Moedas e cédulas. Cálculo oral e escrito sobre ordenado, compra, venda, trôco. Problemas e questões práticas.

B — Geometria

- 1 — Superfícies planas e curvas; comparação de corpos de forma esférica, ovoide, cúbica, cilíndrica e cônica.
- 2 — Comparação do cubo com o paralelepípedo e retângulo: a forma das faces; quadro e retângulo; base, face, vértice e aresta. Representação gráfica.
- 3 — Ângulos: reto agudo e obtuso (sem referência a graus). Representação gráfica.
- 4 — Linhas — paralelas, concorrentes, divergentes, transversais e perpendiculares. Representação gráfica. Uso de régua, do compasso e do esquadro; posições da linha reta.

CONHECIMENTOS GERAIS

A — Geografia

- 1 — Alagoas.

a) Localização do Município da escola no mapa do Estado.
 b) Localização do Estado de Alagoas no mapa do Brasil. Estados limi-

c) Aspecto físico e acidentes de maior importância, relativamente ao papel social, político e econômico que desempenham.

d) Zonas em que está dividido o Estado.

e) Superfície e população.

f) Meios de transporte e comunicação.

g) Recursos naturais e econômicos (agricultura, indústria e comércio).

Principais centros industriais, zonas de pescas e de culturas agrícolas. Exportação e importação.

h) Vida cultural: escolas, bibliotecas, museus.

i) O Brasil, limites e aspecto físico.

j) Principais rios do Brasil.

l) Principais produções: café, cana de açúcar, algodão, borracha, fumo, cacau, babassú, cereais.

m) Criação de gado — Mineração.

n) Indústria e Comércio.

o) Estados, Territórios e suas capitais. Estados marítimos e centrais. Reconhecimento no mapa.

p) Cidades brasileiras.

q) Cidades próximas de Maceió.

r) Situação do Brasil. Na América do Sul. Pontos extremos do Brasil. Reconhecimento no mapa.

s) A terra. Forma e movimentos da terra; movimentos de rotação: dia e noite; movimento de translação: as estações. Lua, satélite da terra; fases da lua; constelações mais visíveis. O Cruzeiro do Sul.

t) Governo e autoridade. O Presidente da República e Governador. O Distrito Federal e a sede de governo; formas de governo, monarquia e república; diferenças essenciais.

B — História do Brasil

1 — O descobrimento da América (fatos principais).

2 — O descobrimento do Brasil. Notícia sobre os jesuítas e a cataquese;

3 — Os selvagens; organização: tribo, hábitos, costumes, alimentação, vestuário.

4 — Capitânicas. Duarte Coêlho; noções históricas e tribos indígenas que existem no território.

5 — Governos gerais. Os jesuítas, a catequese.

6 — Notícias a respeito das invasões estrangeiras e tentativas de emancipação da colônia. Tiradentes e Felipe dos Santos.

7 — Vinda de D. João VI para o Brasil. A capitania de Alagoas. Sua formação histórica, primeiros engenhos.

- 9 — Cidades históricas. Antiga capital. Maceió: origem e significação de seu nome. Fatos que culminaram com a mudança da capital.
- 10 — Independência do Brasil. Sete de setembro: D. Pedro I e José Bonifácio.
- 11 — Governo de D. Pedro II. Melhoramentos: estradas de ferro, telégrafo, colégio D. Pedro II.
- 12 — Abolição da escravatura. Leis que a precederam. D. Isabel.
- 13 — Duque de caxias e sua atuação Dia do soldado.
- 14 — Proclamação da República. Deodoro e Floriano. O dia da Bandeira.
- 15 — Governo. Formas de governo. Formas de governo no Brasil.
- 16 — O cidadão brasileiro: direitos e deveres do cidadão.
- 17 — Os símbolos nacionais: a Bandeira, o Hino, as Armas Nacionais e o Selo Nacional.

C — Ciências naturais e higiene

- 1 — O homem; noções da constituição do corpo humano; esqueleto, músculos, gordura e pele, caixa torácica (coração e pulmões) e caixa abdominal (estômago, intestino, rins e fígado).
- 2 — As três grandes funções: digestão, circulação, respiração.
- 3 — Animais: vertebrados e invertebrados; características. Divisão dos vertebrados; representantes da nossa fauna. Rebanhos e criações do Brasil. Animais selvagens.
- 4 — Utilidade e nocividade de vertebrados e invertebrados. Nocividade de alguns invertebrados na transmissão de moléstias (mosquitos) e meios de combatê-los.
Verminose e febre amarela e impaludismo; transmissão e profilaxia.
- 5 — Os vegetais. Germinação: Crescimento e desenvolvimento do vegetal. Partes do vegetal completo: funções da raiz, do caule, das folhas, da flor e do fruto. Tipos de vegetal. Vegetais úteis: na indústria (madeira, borracha, cera, algodão, linho, etc.); na alimentação (raízes, folhas, caules, frutos, etc.) e na medicina (palsa parilha, etc.).
- 6 — Calor. Estado dos corpos. Mudanças de estado: fusão, solidificação, vaporização e condensação. Termômetro. Acidentes do calor.
- 7 — A água: estudos da água; utilidade em cada estado. A seca. Efeitos da seca.
- 8 — O ar: puro e confinado. Correntes de ar. Fenômenos atmosféricos. Ventos e seus efeitos.
- 9 — Minerais. Noções sobre alguns minerais usados na alimentação e nas construções.
- 10 — Crosta terrestre. Rochas principais de Alagoas.
- 11 — O tempo: medida e divisão.

LINGUAGEM

1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Incentivar o gosto pela boa literatura, despertar o interesse dos alunos pelos autores nacionais e levando-os à fixação do hábito de leitura independente, para recreação e informação.

— Aperfeiçoar a capacidade de ler bem e desenvolver a habilidade de escrever com maior velocidade, habilitando as crianças a eliminar, gradativamente, os erros de linguagem falada e escrita, recorrendo aos conhecimentos gramaticais e regras ortográficas ao seu alcance.

— Enriquecer o vocabulário dos alunos, habituando-os a falar com boa dicção e desembaraço e a redigir com clareza, simplicidade e elegância.

2. SUMÁRIO DA MATÉRIA

A — Linguagem Oral

1 — Leitura:

- a) Leitura oral de trechos ou verso com desembaraço, boa expressão e interpretação;
- b) Leitura silenciosa de trechos em prosa ou verso, com rapidez e compreensão;
- c) Uso de índice, questionário e vocabulários dos livros.
- d) Uso de dicionários e de livros didáticos.

2 — Expressão oral:

- a) Narração de acontecimentos da vida do aluno ocorridos em casa e na escola;
- b) Descrição de lugares visitados pela criança, de cenas, festas, comemorações e filmes a que tenha assistido.

B — Linguagem Escrita

- 1 — Cópia de trechos referentes às demais matérias do programa, extraídos de livros de texto e revistas instrutivas.
- 2 — Cópia de trechos em verso.
- 3 — Ditado de trechos, em prosa e verso.

4 — Redção:

- a) Bilhete e cartas (tratamento — tu, você e senhor) emprêgo adequado das formas correntes de início e conclusão. Sobrescritos;

- b) Descrição e interpretação de gravuras;
- c) Reprodução de trechos lidos (histórias e fábulas);
- d) Narração de excursões, fatos, cenas e histórias;
- e) Descrições de comemorações cívicas e festas típicas;
- f) Organização de histórias com elementos dados;
- g) Telegramas, recibos e requerimentos de mais utilidade (justificação de faltas, inscrição para exames de admissão, etc.);
- h) Organização do jornal de classe.

C — Noções Gramaticais

- 1 — Substantivo. Substantivo próprio e comum, simples e composto, coletivo, primitivo e derivado, concreto e abstrato.
- 2 — Gênero, número e grau do substantivo.
- 3 — Adjetivo. Adjetivo qualificativo — restrito e explicativo, pátrio e verbal. Adjetivo determinativo: articular, demonstrativo, possessivos, numerais e indefinitos.
- 4 — Gênero, número e grau do adjetivo. Concordância com o substantivo.
- 5 — Pronomes pessoais. Casos reto e oblíquo. As pessoas gramaticais. Pronomes de tratamento. Pronomes demonstrativos, possessivos, relativos, interrogativos e indefinitos.
- 6 — Verbo. Tempos e modos dos verbos. Verbo de predicação completa — complementos. Verbo de ligação e seu complemento
- 7 — Advérbio de tempo, modo, lugar, quantidade, afirmação, negação, dúvida, ordem, locuções adverbiais.
- 8 — Preposição. As preposições mais usadas. A crase — casos mais simples.
- 9 — Análise léxica: destacar na frase em exercício oral e escrito, os elementos gramaticais conhecidos.
- 10 — Estudo da sentença. Sujeito e predicado. Sujeito simples, composto, expresos e oculto. Concordância do predicado com o sujeito.
- 11 — Complemento direto e indireto. Sujeito expresso pelo pronome e pelo substantivo coletivo.
- 12 — Conjugação do verbo regular em todos os tempos simples.
- 13 — Conjugação em todos os tempos dos verbos auxiliares: ser, ter, haver e estar.
- 14 — Conjugação dos tempos compostos dos verbos regulares.
- 15 — Classes de palavras: sinônimas, antônimas, homônimas, parônimas e cognatas.
- 16 — Adjuntos adverbiais.
- 17 — Substantivos formados por composição e derivação; prefixos e sufixos mais comuns.
- 18 — Emprêgo correto da pontuação e das notações léxicas (cedilha, til e acentos). Exercícios de pontuação.

1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Rever os conhecimentos e aperfeiçoar a técnica adquiridas pelos alunos nas séries precedentes.
- Levar os alunos ao domínio completo das operações fundamentais sobre inteiros, decimais e frações ordinárias, como também do sistema monetário brasileiro.
- Ampliar os conhecimentos das crianças sobre sistema métrico decimal.
- Desenvolver a capacidade de resolver problemas, levando os alunos a consolidar os hábitos básicos necessários à maior eficiência nessa resolução.
- Despertar nos alunos o interesse pelo aspecto quantitativo dos problemas econômicos e profissionais da região e do Brasil.

2. SUMÁRIO DA MATÉRIA

A — Aritmética

- 1 — Formação de números: leitura e escrita. Conhecimento do valor absoluto e relativo de um algarismo.
- 2 — Enunciação e comentário do princípio básico da numeração decimal.
- 3 — Composição e decomposição de números, em suas diferentes ordens de unidades.
- 4 — Representação e leitura de algarismos romanos.
- 5 — As 4 operações fundamentais sobre números inteiros; sinais e nomenclatura. Prova real e dos nove. Noção de potência, como produtos de fatores iguais. A segunda potência (quadrado) e a terceira (cubo).
- 6 — Divisibilidade: Divisibilidade por 2, 3, 5, 9, 10, 100, 1000.
- 7 — Propriedade dos números, números primos e múltiplos. Decomposição de um número em seus fatores primos. Noção de divisor de um número.
- 8 — Máximo divisor comum: processos.
- 9 — Mínimo múltiplo comum: processos.
- 10 — Frações: fração ordinária — própria, imprópria. Número misto. Redução de inteiros e fração imprópria. Extração de inteiros. Número inteiro — escrito sobre forma fracionária.
- 11 — Fração redutível e irredutível. Simplificação de frações e redução ao mesmo denominador; simplificação por cancelamento. Comparação de frações.
- 12 — As quatro operações sobre frações ordinárias.
- 13 — Frações decimais. Leitura, escrita e propriedade das frações e números decimais.
- 14 — Operações sobre frações decimais.

- 15 — Metro quadrado. Múltiplos e submúltiplos, símbolos e reduções.
- 16 — Sistema monetário brasileiro completo. Cálculos sobre a moeda brasileira. Significação, histórico das cédulas de diferentes valores.
- 17 — Cálculo mental, com resposta oral e escrita.
- 18 — Expressões em que entrem números inteiros, decimais e frações ordinárias para aplicação das regras de conversão e de operações.
- 19 — Resolução oral e escrita de problemas reais sobre os diversos conhecimentos do programa (análise oral, explicação resumida por escrito dos cálculos — efetuados; resposta).
- 20 — Problemas sem dados numéricos.

B — Geometria

- 1 — Angulos e sua medida. Representação gráfica.
- 2 — Triângulos: sua classificação quanto aos angulos e quanto aos lados; representação gráfica.
- 3 — Quadriláteros: sua classificação quanto aos lados (quadrado, retângulo, losango e trapézio). Diagonais. Representação gráfica.
- 4 — Perímetro do triângulo, do quadrado e do retângulo.
- 5 — Area do quadrado e do retângulo.
- 6 — Circunferência e círculo. Raio, diâmetro e arco; representação gráfica. Retificação objetiva da circunferência.

CONHECIMENTOS GERAIS

A — Geografia

- 1 — O Brasil como um todo. Sua localização e países vizinhos. Pontos extremos.
- 2 — Divisão política.
- 3 — Principais aspectos de seu relêvo e as grandes bacias fluviais.
- 4 — Povo brasileiro e língua brasileira (os três elementos primordiais do vestuário, alimentação, festas e tradições).
- 5 — Govêrno. Formas de govêrno. O govêrno do Brasil.
- 6 — Regiões do Brasil: norte, nordeste, este sul, centro Oeste. Principais acidentes físicos: clima e produções principais de cada região
- 7 — Capitais e cidades principais. Formação característica de algumas.
- 8 — Principais portos de cada região.
- 9 — Vilas de comunicação: terrestres, fluviais, marítimas e aéreas. Importação e exportação.
- 10 — Principais centros agrícolas — industriais e comerciais do Brasil. Indústrias e culturas principais do Brasil.
- 11 — Riquezas do Brasil: minerais, vegetais e animais; região onde são

II — A Terra:

- 1 — Divisão do globo terrestre em mares e terras; os continentes e os grandes oceanos. Principais países (com as respectivas capitais) que mantêm relações comerciais com o Brasil.
- 2 — A terra: linhas e círculos, zonas, climas e raças; distribuição nos continentes das 5 raças principais. Influências recíproca entre o meio físico e o homem.
- 3 — Oceanos. Correntes marítimas. Mares. Fases da lua.
- 4 — Erupções vulcânicas; terremotos e maremotos.

B — História do Brasil

1 — Brasil Colônia:

- 1 — Noção geral do mundo no século XV. Grandes invenções. Viagens. Os habitantes.
- 2 — Descobrimento da América. O tratado de Tordesilhas.
- 3 — Descobrimento do Brasil.
- 4 — Os indígenas: seus usos e costumes. Lendas.
- 5 — A colonização. Expedição de Martim Afonso de Souza.
- 6 — Capitânicas hereditárias. D. João III.
- 7 — Os três primeiros governadores gerais e as primeiras cidades.
- 8 — Os jesuítas e a catequese: Anchieta, Nóbrega e Vieira.
- 9 — As invasões estrangeiras. Invasão do Rio de Janeiro pelos franceses.
- 10 — Salvador Correia de Sá; Estácio de Sá, Mem de Sá e a fundação da cidade do Rio de Janeiro.
- 11 — Domínio espanhol. Invasões holandêsas, Matias de Albuquerque, Felipe Camarão, Henrique Dias e Vidal de Negreiros.
- 12 — A expansão territorial — Entradas e Bandeiras. Antônio Raposo, Tavares e Fernão Dias Pais Leme.
- 13 — Idéias de emancipação. Tiradentes.

II — Brasil Reino:

- 1 — A vinda de D. João VI. Abertura dos portos do Brasil às Nações amigas. Visconde de Cairú. Rio de Janeiro, sede da monarquia. Modificações de hábitos. Melhoramentos da cidade e do Reino.
- 2 — A volta de D. João VI para Portugal. A regência de D. Pedro. O Fico. José Clemente Pereira.

III — Brasil Império.

- 2 — Sete de Abril — abdicação. Governos regenciais. Feijó e Araujo Lima. Maioridade de D. Pedro.
- 3 — Governo de D. Pedro II.
- 4 — Guerra do Paraguai. Caxias. Barroso e Osório.
- 5 — Campanhas da abolição: José do Patrocínio, Joaquim Nabuco. As leis da abolição: Eusébio de Queiroz, Visconde do Rio Branco e Princesa Izabel.

IV — Brasil República:

- 1 — Campanha republicana: Silva Jardim, Rui Barbosa, Lopes Trovão, Campos Sales, Quintino Bocaiuva, etc.
- 2 — Proclamação — Deodoro, Floriano e Benjamin Constant. Governo provisório.
- 3 — Governos republicanos do Brasil. Fatos notáveis que neles ocorreram.

CIÊNCIAS NATURAIS E HIGIENE

- 1 — O homem: vida do homem, digestão e circulação, respiração e excreção.
- 2 — Saúde e vida higiênica; vida de relação e higiene mental (hábitos mentais sadios).
- 3 — Animais vertebrados: características, divisão, utilidade e nocividade.
- 4 — Animais invertebrados: características, divisão, utilidade e nocividade.
- 5 — Rebanhos e criações do Brasil.
- 6 — Vegetais. Reprodução e multiplicação — Partes do vegetal. A humidade atmosférica e os vegetais.
- 7 — Principais produções agrícolas do Brasil.
- 8 — Noções gerais sobre pressão atmosférica. Barômetros. Gravidade. Alavancas e balança.
- 9 — Princípio de Arquimedes. Vasos comunicantes.
- 10 — Fontes e poços. Abastecimentos d'água. Medidores d'água, luz e electricidade.
- 11 — Crosta terrestre. Rochas do Estado de Alagoas, Minerais do Brasil, utilidade e aplicações.
Noções sobre siderurgia e metalurgia. Outras indústrias.

—::—

CURSO COMPLEMENTAR

(ADMISSÃO)

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

—Desenvolver, nos alunos, o hábito de leitura independente, incentivando-lhes o gosto pela língua pátria e pela literatura nacional e fortalecendo-

lhes, corretamente, o sentimento de brasilidade.

— Despertar o interesse pela boa literatura estrangeira traduzida.

— Aperfeiçoar a capacidade de ler e escrever, firmando nas crianças a compreensão do valor da leitura e da escrita, como instrumento de recreação, intercâmbio social e auto-cultura.

— Sistematizar os conhecimentos gramaticais e ortográficos dos alunos, levando-os a utilizá-los como meio de eliminar os erros da linguagem falada e escrita.

— Enriquecer e aprimorar o vocabulário dos educandos, habituando-os a falar com acerto e expressão e a redigir com bastante clareza, simplicidade e elegância.

MÍNIMOS A ALCANÇAR

Ao fim do Curso Complementar, a criança deverá demonstrar que:

— fala com clareza, empregando com propriedade as palavras de seu vocabulário;

— tem conhecimento de grande parte das obras de literatura infantil, existentes em seu meio, e revela interesse pela literatura nacional e estrangeira, ao alcance de sua compreensão;

— compreende a utilidade e necessidade da leitura, como instrumento de aquisição de informações, como fonte de recreação e aperfeiçoamento intelectual e moral, tendo já formado o hábito de recorrer a livros de texto, dicionários, enciclopédias, etc.;

— lê oralmente, com expressão, trechos acessíveis, em prosa e em verso, sabendo apresentar na escrita, a lápis ou à tinta, as qualidades essenciais de legibilidade, boa disposição no trabalho e velocidade;

— escreve corretamente o seu vocabulário corrente, possuindo recursos para conhecer a grafia de palavras desconhecidas;

— escreve cartas e faz composições, com unidade, clareza, correção gramatical e relativa riqueza de idéias, revelando certa habilidade na redação de atas, relatórios e similares;

— tem sistematizado o conhecimento das noções gramaticais aprendidas, sabendo empregar a terminologia própria;

— emprega corretamente, nas suas composições, a pontuação necessária.

AS ATIVIDADES E ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA

PORTUGUÊS

A — LINGUAGEM ORAL

Cabe ao professor de curso complementar tarefa das mais importantes, qual seja a de incentivar no jovem, que vai deixar a escola primária, um profundo interesse pela sua língua e o desejo de bem empregá-la, propor-

cionando-lhe os meios que lhe permitam, agora e no futuro, desenvolver e aperfeiçoar seus conhecimentos. A leitura das obras de literatura nacional e o conhecimento da vida dos grandes estudiosos da nossa língua constituirão os meios mais indicados para o alcance d'êste objetivo.

Todas as atividades de linguagem oral, anteriormente recomendadas, têm sua aplicação no curso complementar.

Conversas — Nesta série, deve-se permitir aos educandos maior independência na orientação d'êsse tipo de atividade, dando-se-lhes a incumbência de elaborar, em conjunto, os planos de palestras em auditório. Estas devem ser organizadas em maior número possível, envolvendo assuntos mais complexos que os utilizados na séries precedentes. Através delas, poderá o professor aquilatar do desenvolvimento da linguagem oral a que chegaram seus alunos.

Convém que as palestras sejam faladas e não lidas, devendo, entretanto, ser usados esquemas, preparados de antemão, o que muito auxiliará o aluno na apresentação do tema.

A direção do jornalzinho da escola, da biblioteca e dos clubes, cabe geralmente aos alunos dos últimos anos escolares, de modo que os trabalhos daí decorrentes devem ter um lugar de relêvo no plano geral do curso. A criança precisa ser estimulada no sentido de empenhar-se para o desenvolvimento destas instituições e dar conta de seu trabalho ao professor, aos colegas e interessados.

B — LITERATURA

Ainda que a criança tenha poucas possibilidades de ler grandes obras da literatura nacional, já lembrámos ao professor do 4^a ano a necessidade de despertar o interêsse pelas mesmas. No curso complementar, êste interêsse deve ser intensificado e o professor estimulará seus alunos na procura destas obras; sempre que possível, porém as levará à classe onde todos poderão dispor delas. Como um dos objetivos máximos do curso primário é dar ao aluno bons hábitos de leitura, o professor deve proporcionar-lhe padrões de literatura para orientação posterior. A leitura de livros recreativos e obras de literatura concorrerá para o aperfeiçoamento moral e intelectual do educando, preenchendo convenientemente as suas horas de lazer, e desviando-o, assim, de outras atividades, talvez menos sadias.

A criança que termina o curso primário ou prosseguirá seus estudos, ingressando nos cursos de nível médio, ou iniciará imediatamente o trabalho com fins econômicos. Por êsse motivo, no curso complementar, precisa adquirir conhecimento das ocupações, profissões, etc. Dêsse modo, será aconselhavel que o professor selecione, para leitura, temas de composições e palestras, trechos interessantes, crônicas, artigos, poesias, livros que avivem a noção da dignidade e do valor do trabalho, em geral, fortalecendo o sentimento de brasilidade dos alunos.

Uma vez que o aluno já conheça ou tenha a indicação de boas obras da

literatura nacional, convirá apontar-lhe e dar-lhe conhecimento de algumas das mais belas criações de autores estrangeiros traduzidos, que estiverem ao alcance de seu desenvolvimento. Levar-se-á, assim, o educando a desenvolver e apurar o gôsto estético, capacitando-o a reconhecer e preferir a boa literatura.

Dramatizações — O emprêgo dêste tipo de atividade pode ser bastante intensivo nesta série, usando-se a técnica preconizada precedentemente. Os temas poderão continuar sendo os mesmos já sugeridos para o 4^a ano: lendas, mitos, histórias interessantes, fatos históricos. O professor poderá insistir nos dramas literários acessíveis, já recomendados naquela série.

Naturalmente, estas atividades ficarão condicionadas às situações ambientais e, assim sendo, mesmo na escola mais humilde, poder-se-á chegar a fazer um trabalho proveitoso para a educação da criança.

Poesias — Considerando-se que o aluno do curso complementar vai se aproximando da adolescência, idade em que geralmente se acentua o gôsto pelos versos, já agora esta atividade poderá ser mais desenvolvida.

Existem muitas poesias de valor entre os quais o aluno poderá selecionar as mais belas, organizando seu album e o da escola.

A vida e obra dos grandes poetas e escritores brasileiros deverão ser conhecidas pelas crianças, na medida de suas possibilidades.

E' conveniente estimular os alunos que revelem aptidão especial para compor poesias, lendo seus trabalhos, fazendo críticas construtivas e orientando-os no sentido do aperfeiçoamento.

C — LEITURA

O desenvolvimento e o enriquecimento do programa realizado até o 4^o ano elementar deve ser o objetivo primacial do curso complementar.

A aprendizagem das técnicas de leitura e escrita e os hábitos e atitudes indispensáveis ao bom leitor já devem estar firmados; o professor, entretanto, se interessará por descobrir quaisquer deficiências e as corrigirá, podendo aproveitar-se das sugestões apresentadas para os outros anos.

Os temas de leitura oral, nesta série, deverão ser, preferentemente, extraídos de livros da literatura nacional, procurando-se também despertar o interesse pela literatura estrangeira ao alcance dos alunos, como já foi aconselhado.

A rapidez e a compreensão na leitura silenciosa precisam ainda ser desenvolvidas por meio de exercícios especiais, à semelhança dos recomendados nas outras séries, utilizando-se, porém, material mais complexo. Os alunos devem ser habituados a medir e a registrar o seu progresso.

Uso de índices, dicionários, enciclopédias e outras fontes de informação deverá ser intensificado, tornando-se atividade familiar ao aluno o cuidado de tomar notas e coligir dados.

Biblioteca de classe e Clube de Leitura — A biblioteca de classe será

nutenção estarão sob o contróle direto dos alunos, havendo já a separação dos livros informativos e recreativos, que serão classificados por matéria e assunto, organizando-se fichas bastante completas.

Nesta série, a biblioteca já deverá contar com maior número de livros de literatura propriamente dita, principalmente de autores nacionais, podendo ser incluídos exemplares de bons livros de literatura estrangeira, traduzidos e acessíveis à capacidade dos alunos. Estes, mediante trabalhos de pesquisa sôbre a vida e obra dos autores, poderão organizar antologias de classe e palestras a serem desenvolvidas nas sessões do Clube de Leitura. Daí surgirão outras atividades, como por exemplo: palestras, comentando livros lidos; grupos de estudos, tendo como tema leituras feitas, etc.

D. — ESCRITA

Aplicam-se a esta série tôdas as sugestões apresentadas para o ano precedente.

E — COMPOSIÇÃO

Êste tipo de atividade deve ser desenvolvido, obedecendo à técnica já recomendada, levando-se os alunos a usar expressões elegantes e precisas, como também linguagem gramaticalmente certa. Nesse sentido, muito concorrerão os hábitos, que vêm sendo fixados, da leitura de bons livros, da correção de erros cometidos e, principalmente, o interêsse que o professor conseguir despertar nos alunos pelos trabalhos a serem realizados e pelo progresso conseguido.

Torna-se, ainda, necessário habituar a criança à redação de composições do tipo formal como atas, requerimentos, etc., o que será de grande utilidade na vida prática.

Além dos exercícios já sugeridos, podem ser lembrados os seguintes:

- a) estudo de casos curiosos de pontuação;
- b) respostas a questionários de vários tipos;
- c) dissertações sôbre assuntos das várias matérias do programa;
- d) elaboração do jornal da escola (redação de artigos, resumos de notícias de jornais de adultos, etc.);
- e) completamento de histórias;
- f) resumos de trechos longos;
- g) redação de composições, após pesquisas individuais ou de equipes (costumes antigos, festas típicas, etc.);
- h) inquéritos sôbre atividades e preferências de pessoas das relações dos alunos;
- i) redação de cartas às autoridades, pessoas gradas, etc.

Gravuras — Nesta série, ainda se deve persistir no emprêgo de gravuras, seguindo-se a mesma orientação preconizada anteriormente.

Poder-se-á, porém, exigir dos alunos trabalhos mais desenvolvidos: assim, podem ser escritos contos à vista de uma gravura sugestiva; um quadro histórico pode motivar descrições interessantes ou narrações sôbre os costumes da época, etc.

Os concursos de histórias e contos estimularão a classe a um trabalho ativo e proveitoso.

F — GRAMÁTICA

No curso complementar, já se pode ser exigido do aluno o uso da terminologia gramatical.

As noções de gramática continuarão a ser dadas, através das conversas, das aulas de leitura, de composição, etc., tendo sempre como ponto de partida a própria linguagem das crianças.

G — ORTOGRAFIA

Os exercícios de ortografia no curso complementar serão semelhantes aos sugeridos no 4ºano. O uso de dicionário e o conhecimento das regras ortográficas permitirão aos alunos escrever quaisquer palavras, com facilidade, sem intervenção direta do professor. Portanto, deverão ser intensificados os exercícios para o emprêgo dêstes instrumentos, fazendo-se o aluno sentir a finalidade e necessidade dos mesmos.

SUMÁRIO DA MATÉRIA

PORTUGUÊS

A — Linguagem oral

1 — Leitura:

- a) Leitura oral, com desembaraço, boa expressão e interpretação de trechos em prosa e verso, adequados à série de escritor nacional contemporâneo;
- b) Leitura silenciosa, com rapidez e compreensão de trechos em prosa e verso, adequados à série, de escritor nacional contemporâneo;
- c) Uso de índices, questionários e vocabulários dos livros;
- d) USO conveniente de dicionários, enciclopédias, compêndios e livros de consulta;

2 — Expressão oral:

- a) Narração de acontecimentos da vida do aluno ocorridos em casa e na escola, etc.
- b) Descrição de lugares visitados pelas crianças de cenas, festas, comemorações e filmes educativos a que tenha assistido.

B — Linguagem escrita

1 — Ditado:

Ditado de trechos, em prosa e em verso de escritor nacional contemporâneo.

2 — Redação:

Tipos de redação:

- a) Bilhetes, telegramas e cartas sobre assuntos sociais correntes (tratamento — tu, você, senhor); sobrescritos;
- b) Descrição e interpretação de gravuras;
- c) Reprodução de trechos lidos;
- d) Narrações de excursões, fatos, cenas e histórias;
- e) Descrições de comemorações cívicas e festas típicas;
- f) Organização de histórias com elementos dados;
- g) Requerimentos (justificações de faltas, inscrições para exames de admissão, etc.);
- h) Bibliografias;
- i) Resumos e notas sobre assunto das demais matérias do programa.

C — Noções gramaticais

- 1 — O alfabeto: vogais e consoantes, grupos vocálicos (ditongos, tritongos e grupos consonantais).
- 2 — Sílabas, separação de sílabas, Vocábulo. Classificação dos vocábulos quanto ao número de sílabas.
- 3 — Notações léxicas: emprêgo do til e da cedilha; do acento agudo e do circunflexo; do acento grave e da crase (casos mais simples).
- 4 — Acento tônico: classificação dos vocábulos quanto à acentuação tônica.
- 5 — Conhecimento das categorias gramaticais (sem referência às classificações das conjunções).
- 6 — Palavras variáveis e invariáveis.
- 7 — Substantivo: flexões do gênero, número, grau.
- 8 — Adjetivos: gênero e número (concordância com os substantivos).
- 9 — Grau dos adjetivos qualificativos.
- 10 — Adjetivos qualificativos e determinativos (articulares, demonstrativos, possessivos, indefinidos, numerais, relativos ou conjuntivos e interrogativos).
- 11 — Pronomes pessoais: emprêgo das variações pronominais.
- 12 — Pronomes relativos, demonstrativos, interrogativos e indefinidos. Distinção entre adjetivos e pronomes (reconhecimento da sentença).
- 13 — Conjugação completa dos verbos regulares.
- 14 — Conjugação completa dos verbos auxiliares; ter, ser, haver e estar.
- 15 — Preposições de uso comum.
- 16 — Noções de advérbio; advérbio de lugar, tempo, modo, quantidade,

- afirmação, negação, dúvida. Locuções adverbiais do uso corrente.
- 17 — Sinônimos e antônimos.
 - 18 — Interjeições.
 - 19 — Conjunções coordenativas e subordinativas de uso mais frequente (com minúcias sem classificação).
 - 20 — Análise léxica — destacar na frase, em exercício oral e escrito, os elementos gramaticais conhecidos.

MATEMÁTICA

1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Consolidar e aperfeiçoar os conhecimentos e técnicas adquiridos pelos alunos nas séries anteriores.
- Levar os educandos a fixar os conhecimentos sobre o sistema métrico decimal.
- Familiarizar as crianças com as transações financeiras mais comuns no meio em que vivem.
- Desenvolver nos alunos os hábitos e as técnicas que lhes possibilitem resolver com eficiência os problemas que se apresentem na vida prática.
- Cultivar nos alunos o interesse pelo aspecto matemático dos problemas econômicos e profissionais da região e do Brasil.

MÍNIMOS A ALCANÇAR

Ao finalizar o curso complementar, o aluno deverá ser capaz de demonstrar que —

- conhece os princípios fundamentais da numeração falada e escrita;
- sabe achar os quadrados e os cubos dos números e conhece a raiz quadrada dos quadrados até 144;
- soma, subtrai, multiplica e divide mentalmente utilizando processos abreviados de cálculo;
- Domina inteiramente as 4 operações com frações ordinárias e números decimais, bem como a conversão de frações ordinárias em números decimais, e vice-versa;
- resolve pequenas expressões com números inteiros, decimais e frações (ordinárias e decimais);
- conhece as medidas agrárias: área, seus múltiplos e submúltiplos usuais e respectivos símbolos, o alqueire, bem como a correspondência dessas unidades entre si e com o metro quadrado.

2. SUMÁRIO DA MATÉRIA

- 1 — Noção de número. Número e suas espécies. Algarismo. Diferença entre algarismo e número. Valor absoluto e valor relativo dos algarismos — o zero.

Algarismos arábicos e romanos.

- 2 — Numeração escrita e falada. Numeração decimal: princípio geral da numeração decimal; série dos números inteiros e sua formação. Unidade das diversas ordens; leitura e escrita dos números inteiros.
- 3 — Numeração romana: leitura e escrita de quaisquer números romanos.
- 4 — Operações fundamentais sobre números inteiros. Nomenclatura e sinal das operações. Prova real e prova dos nove.
- 5 — Divisibilidade por 2, 3, 5, 9, e 10.
- 6 — Número primo. Decomposição de um número em fatores primos.
- 7 — Máximo divisor comum.
- 8 — Mínimo múltiplo comum.
- 9 — Números decimais; operações fundamentais sobre números decimais (conversões entre unidades de diversas ordens).
- 10 — Sistema monetário brasileiro.
- 11 — Fração ordinária. Fração própria, fração imprópria, número misto. Extração de inteiros.
- 12 — Simplificação de frações e redução ao mesmo denominador; comparação de frações.
- 13 — Operações fundamentais sobre frações ordinárias.
- 14 — Conversão de frações ordinárias em números decimais e vice-versa.
- 15 — Exercícios fáceis sobre expressões em que entrem frações ordinárias e decimais, para a aplicação das regras de conversão e de operações.
- 16 — Noções do sistema métrico decimal. Metro, múltiplos e submúltiplos; símbolos. Reduções.
- 17 — Metro quadrado, múltiplos e submúltiplos; símbolos. Reduções.
- 18 — Metro cúbico, múltiplos e submúltiplos; símbolos e Reduções.
- 19 — Litro, múltiplos e submúltiplos; símbolos. Reduções.
- 20 — Grama, múltiplos e submúltiplos; símbolos. Reduções.
- 21 — Relação entre as medidas de volume e capacidade. Conversão de medidas.
- 22 — Resolução de problemas fáceis, inclusive sobre as medidas do sistema métrico decimal, incluindo; perímetro e área do quadrado e do retângulo, volume do cubo.

GEOGRAFIA

- 1 — Astros. Planetas. O sol, o Cruzeiro do Sul, a Terra e a Luz.
- 2 — Forma da terra. Principais movimentos da terra. Eixo, Polos. Equador. Paralelos. Trópicos. Círculos polares. As zonas da terra.
- 3 — Pontos cardeais e colaterais. Orientação pelo nascer e pôr do sol, pelo Cruzeiro do Sul e pela bússola.
- 4 — As partes do mundo. Os continentes e os oceanos.
- 5 — Principais denominações dadas aos acidentes geográficos.

- 6 — As cinco raças humanas, sua distribuição pelos continentes).
- 7 — Formas de govêrno.
- 8 — Países da America do Sul e suas capitais (países independentes e possessões estrangeiras).
- 10 — Países da América Central e suas capitais (países independentes e possessões estrangeiras).
- 11 — Países da Europa e suas capitais.
- 12 — Limites do Brasil; nomes dos países que se limitam com o Brasil; pontos extremos do território brasileiro.
- 13 — Baías, ilhas, portos, serras, rios e lagos principais do Brasil.
- 14 — O Brasil; seu govêrno, população, raça e língua.
- 15 — Estados do Brasil e suas capitais. Os territórios. O Distrito Federal e sua população.

HISTORIA DO BRASIL

- 1 — Descobrimto da América: Colombo.
- 2 — Descobrimto do Brasil: Pedro Alvares Cabral. Os principais habitantes.
- 3 — A catequese e as tentativas de colonização. Capitánias hereditárias.
- 4 — Os três primeiros governadores gerais.
- 5 — A defesa da Terra e as invasões. Invasão do Rio de Janeiro pelos franceses. Estácio de Sá e a fundação da cidade.
- 6 — Invasões holandesas (Bahia e Pernambuco). Matias de Albuquerque, Henrique Dias, Vidal de Negreiros e Felipe Camarão.
- 7 — A expansão geográfica. Entradas e bandeiras: Antônio Raposo Tavares e Fernão Dias Pais Leme.
- 8 — Aspirações de Independência. A Inconfidência Mineira. Tiradentes.
- 9 — Transmigração da família real de Portugal para o Brasil: D. João VI, Brasil reino.
- 10 — A independência: D. Pedro I, José Bonifácio, Gonçalves Ledo.
- 11 — 7 de Abril. Governos regenciais. O Padre Feijó.
- 12 — O segundo reinado e D. Pedro II.
- 13 — Guerra do Paraguai. Caxias, Osório e Tamandaré.
- 14 — Abolição do Cativoiro: a princesa Isabel, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco e Visconde do Rio Branco.
- 15 — Proclamação da República: marechal Deodoro, Benjamin Constant e Quintino Bocaiuva.
- 16 — Govêrnos republicanos e sua principal contribuição ao progresso do Brasil (intensificação do comércio e das indústrias; abertura de estradas; anexação do território do Acre e delimitação de fronteiras; civilização dos indígenas, saneamento, desenvolvimento da imigração e da educação popular).

NOTA — Deverão ser acentuados vivamente os traços morais e cívicos das figuras representativas de cada época, por forma que sejam realçados os valores de fater humano na evolução da sociedade.

NOTÍCIAS E COMENTÁRIOS

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

“Ou reajustamos o sistema, através de uma reforma de base, inspirada em orientação rigorosamente técnica e científica, ou teremos que assistir, dentro de poucos anos, ao desmoronamento completo da administração do ensino em nossa terra, dando, assim, ao nosso povo um sobrio atestado de incapacidade”. Estas são palavras do Exmo. Snr. Governador do Estado na mensagem que dirigiu ao Legislativo onde apresentava o projeto da criação do Departamento Estadual de Educação.

E' com vivo interêsse, pois, que anunciamos aos nossos leitores êste grande acontecimento que marcará, sem dúvida, mais uma etapa gloriosa do ensino nas Alagoas.

Autônomo, o Departamento Estadual de Educação se encontra com tôdas as possibilidades para o pleno desempenho de suas funções.

Deve ser, sem dúvida, esta notícia recebida por todos como mais um marco do progresso da Educação em nossa terra.

E' bem verdade o que nos diz o Chefe do Executivo: “quando se passa ao exame de aspecto técnico educacional, chega-se à evidência de que o atual sistema representa um entrave à execução de planos racionais visando a melhoria dos níveis do ensino em nosso Estado. Há uma necessidade inadiável do ajustamento da nossa escola aos imperativos da vida moderna, de uma renovação dos nossos processos educativos, ao lado de um melhor nível dos nossos órgãos de educação. Nessa época não mais comporta os processos formalísticos e livrescos do ensino, antes exige que a escola seja um centro de formação e de trabalho”. Agora, então, compreendem todos a necessidade da criação do Departamento Estadual de Educação.

—::—

NOVO DIRETOR DO I. N. E. P.

Por ato do Exmo. Snr. Presidente da República foi nomeado diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos o Prof. Anísio Teixeira. Educador emérito, com grande experiência em atividades educacionais e vasto campo de realizações no domínio da educação, sua escolha foi um ato preciso, colocando no I.

N. E. P. o homem que no momento reúne o maior número de qualidades e capacidade de trabalho para tal cargo.

—::—

PROF. MURILO BRAGA DE CARVALHO

No imenso abismo da nossa floresta tropical e em consequência do trágico desastre do avião "Presidente", ocorrido em 29 de abril p. passado, faleceu o Prof. Murilo Braga de Carvalho, diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Integrante da parcela de brasileiros dedicada ao sacrifício e ao devotamento da Educação, Murilo Braga desdobrou seu idealismo na ânsia de proporcionar à mocidade brasileira a maneira precisa e eficiente de alcançar o grau de cultura que a civilização de nossos dias está a exigir daqueles que se destinam a integrá-la num futuro próximo, em função dos ingentes interesses da coletividade.

O grave problema da educação, árduo e complexo, encontrou em Murilo Braga dinamismo e inteligência bastantes para a execução do plano que lhe fora confiado.

Recebendo de Lourenço Filho a direção do I. N. E. P. soube realçar e desenvolver, com eficiência, a obra que o ilustre mestre paulista tão devotadamente fundára.

Participante do grupo de abnegados que nos deram a escola renovada em 1928, Murilo Braga confirmou, com a sua extraordinária atividade, os elevados propósitos que o animavam, bem como a orientação firme e convincente no estudo dos problemas educacionais.

À frente do I. N. E. P. soube agir com equidade e precisão fazendo surgir em todos os recantos do país milhares de escolas rurais e numerosas escolas normais, maneira segura, e a mais indicada, para acelerar o ritmo da educação popular.

Foi incansável e persistente junto às autoridades responsáveis pelos serviços educacionais em nosso Estado no sentido de evitar a paralização do auxílio destinado a maior incremento na edificação de escolas rurais entre nós.

Dava-nos a impressão de ser o alagoano apaixonado e dedicado à terra natal, tantos eram os pedidos ou insistentes recomendações no sentido de incentivar forasteiros e indiferentes ao cumprimento do dever...

O idealista piauiense estava tão integrado nos problemas educacionais brasileiros, sentia tão nítida e lúcida a consciência dos nossos problemas sociais que se libertára da noção de regionalismo para sentir e compreender o país como um todo.

O Brasil, tão brutalmente ferido com o prematuro desaparecimento de Murilo Braga, chora a inexorável fatalidade que nos

privou do seu convívio e do seu puro e sadio idealismo inteiramente dedicado à educação.

—:—
MARIA MONTESSORI

Assistiu o mundo o desaparecimento de uma das grandes figuras da renovação pedagógica de nosso tempo: Maria Montessori, italiana que consagrou todos os seus esforços ao problema educacional.

Na última reunião da Unesco, Maria Montessori que integrou a delegação italiana, teve uma sessão especial reservada à exposição de suas ideias sôbre os problemas de educação no mundo de hoje. Após magnífica exposição, a veneranda educadora de mais de 80 anos de idade, viu toda a assembléia se levantar para aplaudi-la.

O seu principio basico é o da liberdade da criança. "A vida da criança não é uma abstração, dizia ela: é a vida de cada criança que tem uma personalidade própria que deve ser respeitada. A criança é um corpo que cresce, é uma alma que se desenvolve, e isso tem uma fonte eterna — a vida".

Registramos, pois, com pesar o falecimento de um dos maiores vultos que se dedicaram ao problema educacional.

ATOS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

LEI N. 1632 — de 21 de junho de 1952

Transforma a Diretoria da Educação em Departamento Estadual de Educação e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO.

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º — A atual Diretoria da Educação fica transformada em "Departamento Estadual de Educação", diretamente subordinada ao Governador do Estado.

Art. 2º — A atual Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Educação passará a denominar-se Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Segurança Pública.

Art. 3º — O Departamento Estadual de Educação, ora criado, será dirigido por um Diretor Geral contratado, de livre admissão do Governador do Estado, devendo a escolha recair em pessoa de notória competência técnica e elevada reputação.

Art. 4º — Ao Departamento Estadual de Educação, respeitadas as restrições da legislação federal, compete promover a educação, desenvolver e difundir a cultura em todos os seus aspectos, dentro do Estado, e dirigir, orientar, coordenar e fiscalizar todos os serviços técnicos e administrativos, órgãos e instituições que integram a sua estrutura.

Art. 5º — Para o cumprimento de suas finalidades, o Departamento Estadual de Educação disporá dos seguintes órgãos, serviços e instituições:

- a) — Diretoria Geral
- b) — Divisão Técnica
- c) — Divisão Administrativa
- d) — Conselho Estadual de Educação
- e) — Conselho Regional de Desportos
- f) — Serviço de Educação Física
- g) — Instituto de Educação
- h) — Secção de Ensino de Adolescentes, e Adultos.
- i) — Escola Profissional "Princesa Isabel".

j) — Estabelecimentos de Ensino Normal e Secundários do Interior do Estado.

Art. 6º — A Divisão Técnica incumbe o estudo, planejamento, orientação e fiscalização dos problemas e trabalhos técnicos pedagógicos e, nos casos que o Regimento estatuir ou por determinação do Diretor Geral, a execução de quaisquer atos ou medidas visando a eficiência do ensino e o perfeito desenvolvimento das atividades do Departamento Estadual de Educação.

Art. 7º — Com as atribuições e normas de trabalhos fixados em Regimento, constituirão Secções e Serviços da Divisão Técnica:

- a) — Serviço de Inspeção Escolar
- b) — Secção de Ensino Elementar e Médio.
- c) — Secção de Pesquisas Educacionais, Estatísticas, Programas e Medidas Escolares.
- d) — Secção de Ensino de Adolescentes, e Adultos.

Art. 8º — A divisão Administrativa incumbe a execução de todos os trabalhos de ordem administrativa do Departamento devendo ter, para o perfeito desenvolvimento de suas atividades, a seguinte organização:

- a) — Secção de Administração.
- b) — Secção de Contabilidade.
- c) — Secção de Prédios e Aparelhamento Escolar.

Art. 9º — O Conselho Estadual de Educação, órgão consultivo, terá suas atribuições fixadas em Regimento e será constituído dos seguintes membros:

- a) — Diretor Geral do Departamento, seu Presidente nato.
- b) — Diretor do Instituto de Educação.
- c) — Diretor do Colégio Estadual de Alagoas.
- d) — Representante do Professorado Secundário Oficial.
- e) — Representante do Professora Primário Oficial.
- f) — Representante das Diretorias dos Grupos Escolares.
- g) — Representante do Ensino Profissional Oficial.
- h) — Diretor da Divisão Técnica.
- i) — Professor de Filosofia da Educação.
- j) — Pessoa de notável competência técnica e conhecimento dos problemas de Educação.

§ Unico — Os Membros do Conselho de Educação serão designados pelo Chefe do Executivo Estadual, pelo prazo de dois anos, não sendo vedada a recondução.

Art. 10 — O Conselho Regional de Desportos mantém a sua competência, atribuições e constituição, já existentes, sendo os seus Membros designados pelo Chefe do Poder Executivo do Estado, mediante proposta do Diretor Geral do Departamento Estadual de Educação.

Art. 11 — O Serviço de Educação Física, a cargo do Médico de Educação Física, terá as suas atribuições fixadas em Regimento e extensão a todos os estabelecimentos escolares.

Art. 12 — O Instituto de Educação, Colégio Estadual de Alagoas, Escola Profissional "Princesa Isabel" e os estabelecimentos de ensino normal e secundário do Interior do Estado, terão mantidas as respectivas organizações, observadas as disposições da Legislação federal.

§ 1º — Os órgãos referidos neste artigo, serão diretamente subordinados à Diretoria Geral do Departamento Estadual de Educação.

§ 2º — Oportunamente serão fixadas em Regimento as suas normas de trabalho e funcionamento.

Art. 13 — Ficam criados e incorporados ao Quadro Unico do Estado, como isolados de provimento em comissão e integrando a lotação do D.E.E., dois cargos de Diretor de Divisão, padrão "Q".

§ único — Os cargos a que se refere este artigo serão providos mediante proposta do Diretor Geral do D.E.E.

Art. 14 — As Chefias das diferentes Secções do Departamento Estadual de Educação, constituirão funções gratificadas, na base de Cr\$ 500,00 mensais, cada uma, e serão providas por ato do Diretor Geral do Departamento, após a competente autorização do Chefe do Poder Executivo, recaindo sempre a escolha em funcionário do Quadro Unico do Estado.

Art. 15 — O Departamento Estadual de Educação realizará todas as obras necessárias à conservação e construção de prédios escolares e outras edificações destinadas ao ensino.

§ Único — Todas as dotações consignadas ao Orçamento e destinadas a conservação, construção de prédios escolares, aquisição de material e manutenção do ensino em todos os graus, da atual Diretoria de Educação e do Departamento Estadual de Obras Públicas, serão movimentadas pelo Departamento Estadual de Educação.

Art. 16 — Enquanto não for expedido o necessário Regimento, o Departamento Estadual de Educação reger-se-á pelo Regulamento vigente.

Art. 17 — Ficam extintas todas as funções gratificadas de lotação da atual Diretoria da Educação.

Art. 18 — O atual Assistente Técnico de Educação exercerá as suas atividades junto ao Gabinete da Diretoria Geral.

Art. 19 — A gratificação dos diretores do Instituto de Educação e Colégio Estadual de Alagoas será de 1.000,00.

Art. 20 — Ficam criados no Quadro Unico do Estado, como

isolados e de provimento em comissão, 3 (três) cargos de Inspetor de Ensino padrão "I".

Art. 21 — Os atuais cargos de Inspetores de Ensino ficam transformados em cargos de provimento em comissão respeitados os direitos de seus atuais ocupantes.

Art. 22 — Para atender às despesas decorrentes da admissão, no presente exercício, como contratado, do Diretor Geral do Departamento Estadual de Educação, fica aberto ao atual orçamento o crédito especial de quarenta e nove mil cruzeiros (Cr\$. . . 49.000,00), immobilizando-se, como recurso financeiro, igual soma na verba 12, sub-consignação, 12 do mesmo orçamento.

§ Unico — Os demais encargos criados por esta lei correrão por conta das dotações dos serviços a cargo da atual Diretoria da Educação.

Art. 23 — Revogam-se as disposições em contrário.

Maceió, 21 de junho de 1952, 63º da República.

ARNON DE MELLO.

Ulisses de Mendonça Braga Júnior.

José Maria de Melo.

SOCIAL

REVISTA DO ENSINO, órgão essencialmente dedicado ao magistério do Estado é com prazer que registra, com os seus cumprimentos, os aniversários das seguintes professoras ocorridos em:

— ABRIL —

- 1 — Maria Luiza Gusmão Barbosa
- 1 — Ana Maria Uchoa
- 2 — Astidânia Galvão da Cunha Lima
- 2 — Maria Delamar Acioli
- 3 — Otávia Menezes Ramalho
- 3 — Maria Benedita de Lemos Maia
- 3 — Amélia Soares de Moreira Góis
- 4 — Neda Ramalho de Castro Vasconcelos
- 4 — Alba de Oliveira e Silva
- 5 — Irene Oliveira Carneiro
- 6 — Maria de Lourdes Monteiro
- 6 — Maria Pureza Tavares Almeida
- 7 — Emília Cavalcante Costa
- 7 — Elza Rocha Raposo
- 8 — Maria Amália G. Cavalcante
- 9 — Maria Augusta Albuquerque Silva
- 10 — Maria Ester Cavalcante Lopes
- 11 — Dorilça Lopes Sá
- 11 — Olímpia Augusta Santos
- 11 — Isabel Torres de Oliveira
- 12 — Maria de Lourdes Nascimento
- 12 — Enaura de Barros Malta
- 13 — Nair Constant Duarte
- 13 — Maria Alice Alves Moreira
- 13 — Erundina Guimarães Vilela
- 14 — Maria José da Silva Rocha
- 14 — Vanda Paiva de Azevedo
- 15 — Marinete Xavier da Costa
- 15 — Ester Barbosa de Oliveira
- 15 — Maria José Farias Alves
- 15 — Telcídia de Lima Teles
- 16 — Maria José Barros Marinho

- 19 — Georgina Silveira Veiga
- 20 — Judite Lobato da Silva
- 20 — Maria Lídia Salgueiro da Silva
- 21 — Cenira Sales Silva
- 21 — José de Carvalho Pedrosa
- 22 — Rosália Araujo Santos
- 23 — Alcina Mangueira Canuto
- 24 — Maria José Rocha e Silva
- 25 — Débora Codá dos Santos
- 25 — Maria Augusta Nunes
- 26 — Edna Ferreira Melo
- 27 — Teda Cardoos Silva
- 27 — Elvia Seixas Maia
- 29 — Lourdes Vitor de Moraes Belo
- 30 — Maria das Dores Pereira Silva

— MAIO —

- 1 — Maria Benedita da Silva
- 1 — Nair Meirelles
- 2 — Maria Alves Soares Júnior
- 3 — Elida Vanderlei Barbosa
- 3 — Irací Loureiro Acioli
- 8 — Maria Cavalcante Lima
- 8 — Maria José Freire Barreto
- 8 — Cícera Pinheiro de Carvalho
- 8 — Enaura Soares Torres
- 8 — Maria José Araujo Lins
- 9 — Eutália Besouchet Silva
- 9 — Eleonora Dinorah de Mesquita
- 10 — Anete de Mesquita Cardoso
- 10 — Luisa Lucena Falcão
- 11 — Rosa Palmira de Sousa Leão
- 11 — Alice Oliveira e Silva Fragoso
- 11 — Elgeni Barbosa da Silva
- 12 — Maria Concessa de Santa Maria Cavalcante
- 12 — Amália Lopes Botelho
- 14 — Djanira Pereira de Albuquerque
- 15 — Maria Amelia Correia de Araujo
- 16 — Jessie de Oliveira
- 16 — Marili Farias Amorim
- 16 — Maria José Gomes Pacheco
- 18 — Josina Maria de Sena
- 18 — Edla de Albuquerque Braga

- 19 — Eudócia de Sousa Melo
- 19 — Isabel Fernanres Lins
- 21 — Enecila Siqueira Acioli Gama
- 21 — Vandete Oliveira
- 21 — Felâisdonária de Moraes Lima
- 21 — Ivonete Lima
- 21 — Inácia de Carvalho Veras
- 21 — Maria José oSares
- 22 — Josefa Vieira Mota
- 22 — Maria Helena Cavalcante
- 23 — Iluminata Melo Brandão
- 26 — Angélica Esteves dos Santos
- 29 — Maria Ramos Oliveira
- 29 — Clerilda Esteves dos Santos
- 30 — Filomena Acioli Vanderlei
- 30 — Aurea Brito de Araujo Lima
- 30 — Marinete Reis Santos
- 31 — Antônio Petronilo de Sousa Duda

— JUNHO —

- 1 — Giselda Loureiro Alves
- 1 — Iracema Ferreira Tenório
- 1 — Benedita Rosa Lima e Silva
- 1 — Ana Rosa do Rêgo
- 2 — Delmira Acioli Costa
- 2 — Lucila Falcão Barreto
- 2 — Noêmia Batista de Nazaré
- 3 — Olívia Medeiros Silva
- 4 — Amélia Coelho Ferreira
- 4 — Benedita de Castro Lima
- 6 — Angelita de Melo Machado
- 7 — Maria de Lourdes Barros Leite
- 8 — Elga Medeiros de Oliveira
- 9 — Iracema de Alencar Barreto
- 9 — Ana Rebelo de Souza
- 10 — Edgar Tenório de Lima
- 12 — Antonieta Lemos de França
- 14 — Lisete Lisboa Martins
- 15 — Marinete Almeida Santos
- 15 — Georgete Pereira dos Santos
- 16 — Elza de Lima Acióli
- 16 — Julita Pimentel Santos
- 16 — Aldil Alves de Sousa
- 18 — Eunice Vieira de Aguiar

- 18 — Iracema Gomes da Rocha
- 18 — Nadir de Oliveira Avila
- 19 — Otacilia Jatobá Torres
- 20 — Aurea Vasconcelos Costa Santos
- 21 — Eunice Mendes Nunes
- 22 — Antônia Fabrício Coelho
- 22 — Eliete Barros de Carvalho
- 23 — Joanita Fázio
- 23 — Armilia de Sousa Lemos
- 23 — Carmelita Santos Simões
- 24 — Enilda Borges Tenorio de Lima
- 25 — Maria Rute Casado
- 25 — Otacilia de Albuquerque Queirós
- 25 — Consuelo de Lima Avila
- 26 — Leopoldina Lima e Silva
- 26 — Maria Ceci de Sousa Oliveira
- 28 — Maria Ligia Barbosa
- 28 — Maria José das Virgens Muritiba
- 28 — Georgina Edite Araujo
- 28 — Nair Cardoos Lima
- 29 — Elisabete Pedrosa Serpa
- 29 — Clarisse Santos Marques Silva
- 29 — Francisca Petrina de Macedo
- 29 — Eurídice de Albuquerque
- 30 — Emerita de Oliveira Sousa

